Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	
Demonstração do Valor Adicionado	9
DFs Consolidadas	
Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	18
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	19
Demonstração do Valor Adicionado	20
Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	28
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	99
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	103
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	104
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	105

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	15.527	
Preferenciais	23.044	
Total	38.571	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil) Código da Descrição da Conta

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.217.922	2.265.046
1.01	Ativo Circulante	38.236	55.614
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.420	25.235
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.094	2.399
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.094	2.399
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.722	27.980
1.01.08.03	Outros	16.722	27.980
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	16.666	27.995
1.01.08.03.03	Outros Créditos	56	-15
1.02	Ativo Não Circulante	2.179.686	2.209.432
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	164.124	166.979
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.453	12.652
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	9.453	12.652
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17.193	16.849
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	17.193	16.849
1.02.02	Investimentos	2.008.435	2.034.945
1.02.02.01	Participações Societárias	2.008.435	2.034.945
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	33.653	32.234
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.820.003	1.873.220
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	154.779	129.491
1.02.03	Imobilizado	47	51
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	47	51
1.02.04	Intangível	7.080	7.457
1.02.04.01	Intangíveis	7.080	7.457
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.080	7.457

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Itcais iiii	')		
Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.217.922	2.265.046
2.01	Passivo Circulante	22.204	33.881
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	942	745
2.01.01.01	Obrigações Sociais	942	745
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	942	745
2.01.02	Fornecedores	1.248	918
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.248	918
2.01.03	Obrigações Fiscais	89	511
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	86	509
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	70	97
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	16	412
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3	2
2.01.05	Outras Obrigações	19.925	31.707
2.01.05.02	Outros	19.925	31.707
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.719	31.499
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	206	208
2.02	Passivo Não Circulante	6.488	6.437
2.02.04	Provisões	6.488	6.437
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.314	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	51	0
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	2.189.230	2.224.728
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.121.950	1.128.157
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	977.331	977.331
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	6.207
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.919	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-262.117	-243.745

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	120.468	-32.110	-58.051	27.292
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.087	-17.672	-6.422	-23.165
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	1.453
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-545	-1.529	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	127.100	-12.909	-51.629	49.004
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	120.468	-32.110	-58.051	27.292
3.06	Resultado Financeiro	1.186	2.819	810	1.768
3.06.01	Receitas Financeiras	1.195	2.857	1.308	3.276
3.06.02	Despesas Financeiras	-9	-38	-498	-1.508
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	121.654	-29.291	-57.241	29.060
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	121.654	-29.291	-57.241	29.060
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	121.654	-29.291	-57.241	29.060
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,97620	-0,71660	-1,40040	0,71090
3.99.01.02	PN	3,57970	0,78820	-1,54040	0,78200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,97620	-0,71660	-1,40040	0,71090
3.99.02.02	PN	3,27380	-0,78820	-1,54040	0,78200

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	121.654	-29.291	-57.241	29.060
4.03	Resultado Abrangente do Período	121.654	-29.291	-57.241	29.060

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.206	-19.818
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-15.199	-19.915
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Líquido antes do IR e da CSLL	-29.291	29.060
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.482	1.482
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	12.909	-49.004
6.01.01.05	Contingências	51	-1.453
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	-350	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7	97
6.01.02.02	Outros Ativos	-71	-28
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-344	1.873
6.01.02.04	Fornecedores	330	-737
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais	197	266
6.01.02.06	Tributos a Pagar	-422	-1.305
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	305	0
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	0	38
6.01.02.10	Outros Passivos	-2	-10
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	23.829	115.386
6.02.04	Dividendos Recebidos	23.829	115.386
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.438	-73.004
6.03.02	Dividendos Pagos	-14.438	-73.004
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.815	22.564
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.235	16.916
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.420	39.480

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.207	0	0	-6.207
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.207	0	0	-6.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.919	-18.372	-29.291
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.291	0	-29.291
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	18.372	-18.372	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	18.372	-18.372	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.121.950	-10.919	-262.117	2.189.230

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	0	0	-24.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	0	0	-24.370
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.973	-7.913	29.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.060	0	29.060
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.913	-7.913	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	7.913	-7.913	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-322.300	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	322.300	0	-322.300	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	999.375	36.973	-28.398	2.348.266

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.671	-1.363
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.671	-2.816
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	1.453
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.671	-1.363
7.04	Retenções	-1.482	-1.482
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.482	-1.482
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.153	-2.845
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	-10.052	52.280
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.909	49.004
7.06.02	Receitas Financeiras	2.857	3.276
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-14.205	49.435
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-14.205	49.435
7.08.01	Pessoal	14.515	20.064
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.515	20.064
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	517	249
7.08.02.01	Federais	517	249
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54	62
7.08.03.01	Juros	0	30
7.08.03.02	Aluguéis	54	32
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-29.291	29.060
7.08.04.02	Dividendos	6.207	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.498	29.060

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	8.757.952	7.988.928
1.01	Ativo Circulante	3.947.625	3.589.141
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	981.433	922.047
1.01.03	Contas a Receber	1.370.421	1.474.884
1.01.03.01	Clientes	1.228.163	1.344.321
1.01.03.01.01	Clientes	1.615.863	1.684.821
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-387.700	-340.500
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	142.258	130.563
1.01.04	Estoques	8.764	8.036
1.01.06	Tributos a Recuperar	289.054	158.667
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	289.054	158.667
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.297.953	1.025.507
1.01.08.03	Outros	1.297.953	1.025.507
	Dividendos a Receber	278	682
	Outros Créditos	1.269.826	776.367
	Ativo Financeiro - Parcela A	0	248.458
	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	27.849	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.810.327	4.399.787
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.393.149	952.462
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
	Títulos para Negociação	137.261	137.261
	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	22.177	18.037
1.02.01.03		19.786	15.918
	Outras Contas a Receber	2.391	2.119
1.02.01.06	Tributos Diferidos	489.898	214.282
	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	489.898	214.282
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.941	13.140
	Créditos com Controladores	9.453	12.652
		9.433 488	488
	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	733.655	569.525
	Tributos a Recuperar	25.373	15.231
	Depósitos Judiciais	164.656	160.873
	Ativo Indenizatório - Concessão	312.347	196.520
	Ativo Financeiro Parcela A - CVA líquido	0	196.901
	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	231.279	0
1.02.02	Investimentos	229.669	201.649
1.02.02.01	Participações Societárias	229.669	201.649
	Participações em Coligadas	74.890	72.158
	Outras Participações Societárias	154.779	129.491
1.02.03	Imobilizado	152.622	174.856
1.02.04	Intangível	3.034.887	3.070.820
1.02.04.01	Intangíveis	3.034.887	3.070.820
	Contrato de Concessão	3.022.309	3.055.684
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	12.578	15.136

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	8.757.952	7.988.928
2.01	Passivo Circulante	4.104.119	3.342.708
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	156.983	131.134
2.01.01.01	Obrigações Sociais	156.983	131.134
2.01.02	Fornecedores	546.555	732.321
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	546.555	732.321
2.01.03	Obrigações Fiscais	422.608	269.700
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	306.531	92.374
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	252.539	23.738
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	48.918	59.106
2.01.03.01.03	Outros	5.074	9.530
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	114.393	177.055
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.684	271
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	321.515	518.755
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	202.870	217.157
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	202.870	217.157
2.01.04.02	Debêntures	118.645	301.598
2.01.05	Outras Obrigações	2.495.312	1.517.593
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.400	18.343
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.400	18.343
2.01.05.02	Outros	2.484.912	1.499.250
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.719	31.499
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.104.024	1.415.572
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	53.557	52.179
2.01.05.02.06	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	307.612	0
2.01.06	Provisões	161.146	173.205
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	161.146	173.205
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	161.146	173.205
2.02	Passivo Não Circulante	2.464.603	2.421.492
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	521.429	624.150
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	174.322	325.017
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	174.322	325.017
2.02.01.02	Debêntures	347.107	299.133
2.02.02	Outras Obrigações	457.962	259.178
2.02.02.02	Outros	457.962	259.178
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	211.372	256.703
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.475
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	244.114	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	327
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	327
2.02.04	Provisões	1.485.212	1.537.837
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.424.679	1.462.047
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.341	22.325
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	52.514	50.443
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.197.227	1.236.010
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	152.597	153.269

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02	Outras Provisões	60.533	75.790
2.02.04.02.04	4 Provisões Regulatórias	37.485	51.518
2.02.04.02.05	5 Provisões Ambientais	23.048	24.272
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.189.230	2.224.728
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.121.950	1.128.157
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	977.331	977.331
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	6.207
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.919	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-262.117	-243.745

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.535.157	4.414.271	1.594.961	5.057.304
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.547.114	4.922.748	1.496.383	4.721.434
3.01.02	Receita de Construção	101.515	283.097	102.620	284.972
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	-113.472	-791.574	-4.042	50.898
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.292.972	-4.115.353	-1.542.905	-4.768.753
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.191.457	-3.832.256	-1.440.285	-4.483.781
3.02.02	Custo de Construção	-101.515	-283.097	-102.620	-284.972
3.03	Resultado Bruto	242.185	298.918	52.056	288.551
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-104.080	-323.823	-76.230	-261.160
3.04.01	Despesas com Vendas	-55.654	-162.808	-46.724	-134.420
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-82.182	-239.657	-67.793	-204.834
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	44.747	44.747	36.399	63.847
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19.229	0	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.238	33.895	1.888	14.247
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	138.105	-24.905	-24.174	27.391
3.06	Resultado Financeiro	44.139	-27.944	-50.750	5.752
3.06.01	Receitas Financeiras	142.709	297.848	56.370	267.501
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.570	-325.792	-107.120	-261.749
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	182.244	-52.849	-74.924	33.143
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-60.590	23.558	17.683	-4.083
3.08.01	Corrente	-77.296	-252.384	132.722	-12.997
3.08.02	Diferido	16.706	275.942	-115.039	8.914
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	121.654	-29.291	-57.241	29.060
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	121.654	-29.291	-57.241	29.060
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	121.654	-29.291	-57.241	29.060
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,97620	-0,71660	-1,40040	0,71090

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.99.01.02	PN	3,27380	-0,78820	-1,54040	0,78200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,97620	-0,71660	-1,40040	0,71090
3.99.02.02	PN	3,27380	-0,78820	-1,54040	0,78200

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	121.654	-29.291	-57.241	29.060
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	121.654	-29.291	-57.241	29.060
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	121.654	-29.291	-57.241	29.060

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	635.317	344.605
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.449	168.280
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Líquido antes do IR e da CSLL	-52.849	33.143
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	180.996	174.057
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patimonial	-33.895	-14.247
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-29.778	0
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	183.406	149.165
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-200.989	-143.958
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	47.200	23.140
6.01.01.10	Juros Pagos	-117.610	-72.793
6.01.01.11	Contingência	-13.842	1.874
6.01.01.13	Realização de Provisões para Perdas	-5.662	-9.196
6.01.01.14	Provisão para Passivo Atuarial	47.616	79.343
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-7.166	-84.275
6.01.01.16	Ganhos em Participações Societárias	60	-193
6.01.01.17	Baixa Ativo Indenizatório	706	31.989
6.01.01.18	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	27.256	171
6.01.01.20	Provisão/Reversão para Perdas de Ativos	0	60
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	609.868	176.325
6.01.02.02	Contas a Receber	53.395	-341.363
6.01.02.03	Outros Ativos	-493.731	-357.328
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-3.783	-8.591
6.01.02.05	Fornecedores	-185.766	-47.782
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	25.849	26.461
6.01.02.07	Tributos a Pagar	101.513	136.662
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	644.743	1.043.422
6.01.02.11	Estoques	-728	516
6.01.02.12	Ativos Financeiros	710.294	0
6.01.02.13	Tributos a Recuperar	-140.529	-111.727
6.01.02.15	Passivo Atuarial	-152.266	-201.819
6.01.02.16	Passivos Regulatórios	62.824	54.287
6.01.02.17	Ativos Regulatórios	0	-15.952
6.01.02.20	Outros Passivos	-11.947	-461
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-249.194	-192.346
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-254.312	-221.145
6.02.05	Dividendos Recebidos	7.691	31.765
6.02.07	Resgate de Fundos de Investimentos	0	-10.766
6.02.08	Aumento de Capital	-2.573	0
6.02.09	Redução Capital Investidas	0	7.800
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-326.737	227.541
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-168.947	-393.394
6.03.03	Ingresso de Empréstimos	4.798	402.940
6.03.05	Dividendos Pagos	-14.438	-73.004
6.03.06	Ingresso Debêntures	151.850	290.999
6.03.07	Pagamentos de Debêntures	-300.000	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	59.386	379.800
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	922.047	449.789
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	981.433	829.589

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.207	0	0	-6.207	0	-6.207
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.207	0	0	-6.207	0	-6.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.919	-18.372	-29.291	0	-29.291
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.291	0	-29.291	0	-29.291
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	18.372	-18.372	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	18.372	-18.372	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.121.950	-10.919	-262.117	2.189.230	0	2.189.230

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	0	0	-24.252	0	-24.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	0	0	-24.370	0	-24.370
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.973	-7.913	29.060	0	29.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.060	0	0	0	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.913	-7.913	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	7.913	-7.913	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-322.300	0	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	322.300	0	-322.300	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	999.375	36.973	-28.398	2.348.266	0	2.348.266

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
Conta		01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	7.746.315	8.492.370
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.472.788	8.161.489
7.01.02	Outras Receitas	37.630	69.050
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	283.097	284.972
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-47.200	-23.141
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.810.020	-4.477.216
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.429.703	-4.091.304
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-102.882	-163.983
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	5.662	9.196
7.02.04	Outros	-283.097	-231.125
7.02.04.01	Custos refs à Construção de Ativos Próprios	-283.097	-284.972
7.02.04.02	Perdas com Clientes	0	53.847
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.936.295	4.015.154
7.04	Retenções	-180.996	-174.057
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-180.996	-174.057
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.755.299	3.841.097
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	331.743	281.748
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.895	14.247
7.06.02	Receitas Financeiras	297.848	267.501
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.087.042	4.122.845
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.087.042	4.122.845
7.08.01	Pessoal	457.492	424.153
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.322.665	3.396.449
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	336.176	273.183
7.08.03.01	Juros	325.792	260.271
7.08.03.02	Aluguéis	10.384	12.912
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-29.291	29.060
7.08.04.02	Dividendos	6.207	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.498	29.060



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no terceiro trimestre de 2016 chegaram a R\$310,2 milhões ante R\$316,5 milhões em 2015, sendo 1,97% inferior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Do total investido o maior volume R\$309,1milhões foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão Celesc D vide quadro abaixo:

	30 de setembro 2016		Se	30 de etembro 2015	Análise
Investimento	R\$	%	R\$	%	Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	309.078	99,63	303.186	95,80	1,94
Geração de Energia Elétrica	1.158	0,37	13.284	4,20	-91,28
Total	310.236	100	316.470	100	-1,97

2. Mercado Acionário

O Índice BOVESPA fechou o 3º trimestre de 2016 com valorização de 13,27%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 17,93% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia acompanharam o desempenho positivo do Setor Elétrico, ou seja, também apresentaram valorização de 5,91% no terceiro trimestre de 2016.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2016 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

		_	Desempenho *
	Fechamento	·-	Variação %
	30 de		
	setembro		
	2016	3º TRI 2016	Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 13,98	5,91%	30,04%
Celesc ON	R\$ 21,50	-14,00%	-36,52%
IBOVESPA	58.367	13,27%	29,53%
IEE	36.307	17,93%	40,86%

Fonte: DEF/DPRI

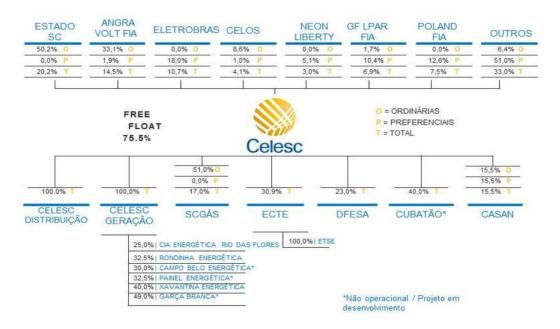
3. Valor de Mercado da Ação

O valor de mercado das ações da Companhia, em 30 de setembro de 2016, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R\$13,98 (treze reais e noventa e oito centavos) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4) e R\$21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3).

^{*}Variações percentuais com ajuste a proventos



Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 30 de setembro de 2016 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2016, com um quadro funcional de 3.367 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 2,40% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.288 empregados).

5. Desempenho Econômico Financeiro

O Prejuízo Líquido acumulado no semestre findo em 30 de setembro de 2016 apresentado pela Companhia foi de R\$29,3 milhões, que representa uma redução de 200,79%, se comparado ao mesmo período de 2015 (Lucro Líquido de R\$29,1 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de setembro de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:



	30 de	30 de	
Dados Econômico-Financeiros	Setembro	Setembro	AH
	2016	2015	
Receita Operacional Bruta – ROB	7.755.885	8.446.461	-8,18%
Receita Operacional Líquida – ROL	4.414.271	5.057.304	-12,71%
Resultado das Atividades	(24.905)	27.391	-190,92%
EBITDA Ajustado	150.429	190.834	-21,17%
EBITDA	156.091	199.970	-21,94%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	3,41%	3,77%	-0,37 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	3,54%	3,95%	-0,42 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	-0,66%	0,57%	-1,24 p.p.
Resultado Financeiro	(27.944)	5.752	-585,81%
Ativo Total	8.757.952	7.407.418	18,23%
Imobilizado	152.622	210.131	-27,37%
Patrimônio Líquido	2.189.230	2.348.266	-6,77%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(29.291)	29.060	-200,79%

O Grupo encerrou 30 de setembro de 2016 com uma Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$7.755,9 milhões com redução de 8,18% em relação a 2015 num valor de R\$8.446,5 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL reduziu 12,71%, fechando o terceiro trimestre de 2016 em R\$4.414,3 milhões em relação ao mesmo período de 2015 num valor de R\$5.057,3 milhões.

O EBITDA ajustado, do período de nove meses de 2016, atingiu o valor de R\$150,4 milhões, ficando 21,17% menor em relação a 2015 (R\$190,8 milhões) e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 3,77% no terceiro trimestre de 2015 para 3,41% em 2016.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	30 de setembro 2016	30 de setembro 2015
Lucro/Prejuízo Líquido	(29.291)	29.060
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(23.558)	4.083
Resultado Financeiro	27.944	(5.752)
Depreciação e Amortização	180.996	172.579
EBITDA	156.091	199.970
(-) Efeitos Não-Recorrentes		
Provisão Teste Impairment PCHs	-	60
Reversão da Provisão para Perdas do Imobilizado	(5.662)	(9.196)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	150.429	190.834



6. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340,0 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%) sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

			ária em 30 de sete	mbro 2016		
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferen	ciais	Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Inv em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
MCAP Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.755.382	51,01	12.748.334	33,06
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

*Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

7. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o terceiro trimestre de 2016 representando 14,59% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 5.626.766 ações, na grande maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	5.626.766	14,59%
Investidores Nacionais	32.944.825	85,41%
Total	38.571.591	100%
Fonte: DEF/DPRI		

8. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações	PN	Total		
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,53%	
Conselho de Administração	-	-	2	0,00%	2	0,01%	
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.147	98,98%	29.107.624	75,46%	
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%	
Fonte: DEF/DPRI							



9. Ações em Circulação

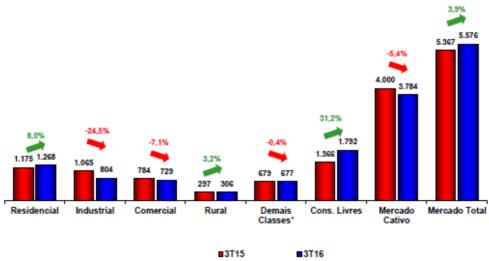
Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – C	CLSC4	Total		
Descrição	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,0	
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.147	99,98	29.107.624	75,46	
Fonte: DEF/DPRI							

10. Balanço Energético

O Mercado Cativo da Subsidiária Integral Celesc D apresentou retração de 5,4% no terceiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.784 GWh.

Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, houve um aumento de consumo de energia de 3,9%, totalizando 5.576 GWh distribuídos no terceiro trimestre de 2016 em comparação a 5.367 GWh no terceiro trimestre de 2015.

No gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o crescimento do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.



11. Mercado de Energia Elétrica

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Residencial 77 Industrial 499 Comercial 484 Rural 111 Poder Público 60 Iluminação Pública 50 Serviço Público 40 Subtotal 2.020 Suprimento 20 TOTAL 2.050 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.260 Industrial 800	rim	Acumulado onsumo em R\$ r 2.495.740 1.689.750 1.665.202 371.990 198.008	3° Trim mil 724.716 701.441 518.252	Acumulado 2.290.317 2.018.045	3° Trim 2016	Acum 2016	3° Trim 2015	Acum 2015	Horizo 3º Trim 16-15	Acum 16-15						
3° Ti Receita de Vendas por Classe Residencial 77. Industrial 49. Comercial 48. Rural 11. Poder Público 6. Iluminação Pública 5. Serviço Público 4. Subtotal 2.02. Suprimento 2. TOTAL 2.05. Consumo por Classe em MWI Residencial 1.26. Industrial 80.	de Co 1.119 5.967 4.651 7.265 3.439 3.514	2.495.740 1.689.750 1.665.202 371.990	724.716 701.441 518.252	2.290.317	2016											
Receita de Vendas por Classe Residencial 77 Industrial 49 Comercial 48 Rural 117 Poder Público 66 Iluminação Pública 55 Serviço Público 45 Subtotal 2.025 Suprimento 2° TOTAL 2.056 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.266 Industrial 805	de Co 1.119 5.967 4.651 7.265 3.439 3.514	2.495.740 1.689.750 1.665.202 371.990	724.716 701.441 518.252	2.290.317		2016	2015	2015	16-15	16-15						
Residencial 777 Industrial 499 Comercial 484 Rural 111 Poder Público 60 Iluminação Pública 50 Serviço Público 40 Subtotal 2.02 Suprimento 2 TOTAL 2.05 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.26 Industrial 80	1.119 5.967 4.651 7.265 3.439 3.514	2.495.740 1.689.750 1.665.202 371.990	724.716 701.441 518.252		37,5%											
Industrial	5.967 4.651 7.265 3.439 3.514	1.689.750 1.665.202 371.990	701.441 518.252		37,5%	Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Comercial 484 Rural 117 Poder Público 66 Iluminação Pública 55 Serviço Público 45 Subtotal 2.029 Suprimento 27 TOTAL 2.056 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.266 Industrial 805	4.651 7.265 3.439 3.514	1.665.202 371.990	518.252	2.018.045	-	36,5%	31,8%	33,0%	6,4%	9,0%						
Rural 117 Poder Público 66 Iluminação Pública 55 Serviço Público 45 Subtotal 2.025 Suprimento 2° TOTAL 2.056 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.266 Industrial 805	7.265 3.439 3.514	371.990			24,1%	24,7%	30,8%	29,1%	-29,3%	-16,3%						
Poder Público 65 Iluminação Pública 55 Serviço Público 45 Subtotal 2.02 Suprimento 27 TOTAL 2.05 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.26 Industrial 80	3.439 3.514			1.655.523	23,6%	24,3%	22,8%	23,9%	-6,5%	0,6%						
Iluminação Pública 52 Serviço Público 42 Subtotal 2.029 Suprimento 22 TOTAL 2.056 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.266 Industrial 802	3.514	198.008	122.632	367.914	5,7%	5,4%	5,4%	5,3%	-4,4%	1,1%						
Serviço Público 43 Subtotal 2.029 Suprimento 2 TOTAL 2.056 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.268 Industrial 803		1	61.667	182.839	3,1%	2,9%	2,7%	2,6%	2,9%	8,3%						
Subtotal 2.029 Suprimento 2° TOTAL 2.050 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.266 Industrial 800	3.184	164.202	60.052	165.019	2,6%	2,4%	2,6%	2,4%	-10,9%	-0,5%						
Suprimento 2' TOTAL 2.050 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.260 Industrial 800		131.236	42.982	122.273	2,1%	1,9%	1,9%	1,8%	0,5%	7,3%						
TOTAL 2.056 Consumo por Classe em MWI Residencial 1.266 Industrial 803	9.139	6.716.127	2.231.742	6.801.930	98,7%	98,2%	98,1%	98,0%	-9,1%	-1,3%						
Consumo por Classe em MWI Residencial 1.268 Industrial 803	7.149	122.723	43.928	137.415	1,3%	1,8%	1,9%	2,0%	-38,2%	-10,7%						
Residencial 1.268 Industrial 803	6.288	6.838.850	2.275.670	6.939.345	100%	100%	100%	100%	-9,6%	-1,4%						
Industrial 803	h															
	8.441	4.144.274	1.174.577	3.973.702	33,5%	33,1%	29,3%	30,5%	8,0%	4,3%						
Comercial 728	3.862	2.646.144	1.065.201	3.247.374	21,2%	21,1%	26,6%	24,9%	-24,5%	-18,5%						
	8.668	2.614.217	784.205	2.716.037	19,3%	20,9%	19,6%	20,8%	-7,1%	-3,7%						
Rural 300	6.498	976.287	297.080	978.612	8,1%	7,8%	7,4%	7,5%	3,2%	-0,2%						
Poder Público 98	8.721	322.951	97.613	311.533	2,6%	2,6%	2,4%	2,4%	1,1%	3,7%						
Iluminação Pública 153	3.900	452.949	145.667	435.226	4,1%	3,6%	3,6%	3,3%	5,7%	4,1%						
Serviço Público 83	3.055	255.316	78.767	243.301	2,2%	2,0%	2,0%	1,9%	5,4%	4,9%						
Subtotal 3.443	3.145	11.412.138	3.643.110	11.905.785	91,0%	91,2%	91,0%	91,3%	-5,5%	-4,1%						
Suprimento 340	0.914	1.099.987	359.235	1.133.563	9,0%	8,8%	9,0%	8,7%	-5,1%	-3,0%						
TOTAL 3.784	4.059	12.512.125	4.002.345	13.039.348	100%	100%	100%	100%	-5,5%	-4,0%						
Preço Médio Unitário do MW	h em	R\$	•													
Residencial 60	07,93	602,21	617,00	576,37	113,4%	112,2%	110,7%	110,5%	-1,5%	4,5%						
Industrial 6	16,98	638,57	658,51	621,44	115,1%	119,0%	118,1%	119,1%	-6,3%	2,8%						
Comercial 60	65,12	636,98	660,86	609,54	124,0%	118,7%	118,5%	116,8%	0,6%	4,5%						
Rural 38	82,60	381,03	412,79	375,95	71,3%	71,0%	74,0%	72,1%	-7,3%	1,3%						
Poder Público 64	42,61	613,12	631,75	586,90	119,8%	114,2%	113,3%	112,5%	1,7%	4,5%						
Iluminação Pública 34	47,72	362,52	412,26	379,16	64,8%	67,5%	73,9%	72,7%	-15,7%	-4,4%						
Serviço Público 5:	19,94	514,01	545,69	502,56	97,0%	95,8%	97,9%	96,3%	-4,7%	2,3%						
Subtotal 58	on 22	588,51	612,59	571,31	109,9%	109,6%	109,9%	109,5%	-3,8%	3,0%						
Suprimento	89,33							, ,		1						
TOTAL 54	79,64	111,57	122,28	121,22	14,9%	20,8%	21,9%	23,2%	-34,9%	-8,0%						

Fonte: DCL



12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º "A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado".

13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM /SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 11 de novembro de 2016.

A Administração



1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340,0 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 30 de setembro de 2016, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Percentual de Participação Integralizado — %							
Descrição	30 de	31 de					
	setembro	dezembro					
	2016	2015					
Controladas	Direta	Direta					
	_						
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100	100					

		Percentua	l de Partic	ipação – %
		30 de		31 de
Descrição		setembro		dezembro
		2016		2015
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40	-	40	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30	-	30
Painel Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25	-	25
Xavantina Energética S.A.	-	40	-	40
Garça Branca Energética S.A.	-	49	-	49



1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

1.1.1. Das Concessões

a) Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D. A referida concessão teve prazo de vigência até 07 de julho de 2015.

A subsidiária integral da Celesc é responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica em 92% do território de Santa Catarina. Seus serviços chegam a 264 dos 295 municípios catarinenses e ao município de Rio Negro, no Paraná, atendendo a 2,8 milhões de unidades consumidoras. A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 — Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão, assim como o termo aditivo que prorrogou a concessão, está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em Ativo Intangível e Ativo Indenizável.

b) Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é a subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, com forte atuação no segmento de geração de energia elétrica, ênfase nas áreas de operação e manutenção de usinas e comercialização de energia elétrica, a controlada Celesc G, possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica e prestação do serviço de geração:



Geradora	Localidade	Garantia Física (MW)	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	16,70	24,60	07/11/2046
Bracinho – Rio Bracinho (ii)	Schroeder/SC	8,80	15,00	07/11/2046
Garcia – Rio Garcia (ii)	Angelina/SC	7,10	8,92	05/01/2046
Cedros – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	6,75	8,40	07/11/2046
Salto – Rio Itajaí-Açu (ii)	Blumenau/SC	3,99	6,28	07/11/2046
Celso Ramos – Rio Chapecozinho (iii)	Faxinal do Guedes/SC	3,80	5,40	17/03/2035
Pery – Rio Canoas (iv)	Curitibanos/SC	14,08	30,00	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras (v)	Lages/SC	2,77	3,83	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,03	2,60	(i)
Piraí – Rio Piraí	Joinville/SC	0,45	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,22	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,50	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		67,19	106,75	

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

- (i) Centrais Geradoras Hidrelétricas que não possuem prazo determinado de concessão.
- (ii) Em 25 de novembro de 2015, a Celesc G participou e obteve êxito no leilão nº 12/2015 da ANEEL, retomando a concessão para explorar os serviços de geração das PCHs Garcia, Bracinho, Salto, Palmeiras e Cedros por mais 30 anos.
- (iii) Em 17 de março de 2015, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL autorizou a ampliação para 12,82MW a potência instalada da PCH Celso Ramos e a prorrogação da concessão por um prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada a entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão. Em 03 de fevereiro de 2016, a Celesc G e a ANEEL assinaram o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de uso do bem público nº 006/2013 com o objetivo de formalizar a ampliação e a prorrogação da PCH Celso Ramos.
- (iv) Foi excluída da decisão em relação à adesão às regras editadas pela MP nº 579/12, a Usina Pery, com questionamento realizado em âmbito judicial por meio de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido de suspensão do prazo para a assinatura do Termo Aditivo acolhido.

A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

Mesmo com a continuidade da discussão em âmbito judicial, tendo a Celesc G liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, suspendendo o prazo para assinatura do Termo Aditivo ao



Contrato de Concessão no regime de cotas, até o trânsito em julgado da ação judicial, ou o término do prazo atual de concessão (julho/2017), o que ocorrer primeiro, recentemente, para surpresa da Celesc G, o Governo Federal publicou a Resolução PPI nº 03 de 13 de setembro de 2016, prevendo em seu art. 1º, X, a licitação da Usina Pery no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI da Presidência da República.

Após análise dos fatores que levaram à inclusão da Usina Pery no rol dos ativos a serem licitados no PPI, constatou-se que a Procuradoria do Ministério de Minas e Energia, quando consultada pelo Ministério de Planejamento sobre a existência de impedimentos para a licitação da Usina Pery, não constatou que a Celesc G estava amparada por liminar judicial.

Diante disso, imediatamente a Celesc G, providenciou o encaminhamento de expediente ao MME e à ANEEL comunicando a impossibilidade de seguimento do processo licitatório, diante da manutenção da discussão judicial acerca das condições de prorrogação de sua concessão, cujo processo está suspenso por liminar. No momento, aguardamos manifestação do MME e ANEEL sobre o expediente encaminhado.

(v) Com a recente edição da Medida Provisória nº 735 de 22 de junho de 2016, e sua conversão no Projeto de Lei de Conversão PLV nº 029/2016, já aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, dependendo apenas de sanção presidencial, a Usina PCH Caveiras poderá ter o benefício de submeter-se, tão somente, à condição de registro perante o órgão regulador ANEEL. O referido PLV prevê em seu artigo 5º a inclusão do § 9º ao artigo 1º da Lei Federal nº 12.783/2013, dispondo que "Vencido o prazo das concessões ou autorizações de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a 5 MW (cinco megawatts), aplica-se o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995.". Caso não haja veto presidencial a referido dispositivo legal, ou ainda que este seja aprovado novamente pela Câmara dos Deputados, a usina PCH Caveiras não mais se submeterá ao regime de cotas, sendo mantida sua titularidade pela Celesc G, sem prazo de concessão definido, uma vez que será exigido pelo Poder Concedente apenas o registro da usina junto a ANEEL. A área de assuntos regulatórios da Celesc G vem acompanhando o desdobramento, em conjunto com a ABRAGEL, do veto ou sanção presidencial.

O quadro a seguir representa os projetos de expansão da geração no parque próprio da Celesc G:

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Acréscimo da Potência (MW)	Potência Final (MW)
PCH Celso Ramos*	5,4	7,4	12,8
PCH Salto	6,3	23,7	30,0
PCH Cedros	8,4	3,6	12,0
CGH Pinhal	-	1,0	1,0
CGH Rio Bonito	-	0,8	0,8
Subtotal	20,1	36,5	56,6

^{*} Potência Final conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 5.078/2015 Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

O parque de geração em parceria com investidores privados possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 7,95MW de potência instalada, conforme quadro a seguir:



Usinas	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,90	0,46
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,75	0,44
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total - MW		25,28	14,30		7,95	4,52

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,70MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,18MW de potência instalada, conforme quadro abaixo:

Usinas	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)	Estágio do Desenvolvimento
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69	Em obras
PCH Painel	São Joaquim/SC	9,20	4,80	32,5%	2,99	1,56	Em projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	4,13	30,0%	3,00	1,24	Em projeto
Total - MW		25,70	12,37		9,18	4,49	

Fonte: Celesc G/DGT/DPEG

b.1) Contrato de Concessão das Usinas da Celesc G – Leilão nº 12/2015

A Celesc G participou do Leilão nº 12/2015 de Contratação de Concessões de Usinas Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e Potência realizado pela ANEEL, no dia 25 de novembro 2015.

A Companhia teve êxito no Lote C arrematando, no referido leilão, as Usinas Garcia, Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de sua propriedade e que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões. A assinatura do contrato de concessão em 05 de janeiro de 2016 foi mediante o pagamento de bonificação de outorga.

As Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, possuem concessão até 07 de novembro de 2016. O início do prazo da nova concessão de 30 anos e a alocação em cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, terá vigência a partir de 08 de novembro, conforme disposto no §3° do artigo 1º da Portaria MME nº 218/2015.

A Usina Garcia, com potência instalada de 8,92MW, teve o vencimento da sua concessão em 07 de julho de 2015. O prazo da nova concessão é de 30 anos a partir da assinatura do novo contrato.

A energia gerada pela usina será alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O



regime de cotas será de 100% da garantia física em 2016 e 70% a partir de 1° de janeiro de 2017, conforme estabelecido na Resolução n° 2 de 18 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

b.2) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G interpôs Ação Judicial contra a UNIÃO e ANEEL requerendo que as mesmas determinem à CCEE a revisão da forma de cálculo do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física, *Generation Scaling Factor* – GSF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

- i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da GSF;
- ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da GSF; e
- iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requereu ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores apresentaram média de 80,1%. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física das demandantes.

A decisão judicial também suspendeu a contabilização e cobrança pela CCEE da parcela a vencer (liquidação) no dia 05 de julho de 2015, e demais, através do Mecanismo Auxiliar de Cálculo, tudo até ulterior decisão deste juízo, sob pena de multa diária no montante de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).



Em 12 de fevereiro de 2016, a Celesc G peticionou novamente nos autos informando o descumprimento da decisão pelas Rés (União e ANEEL), motivo pelo qual o Juízo reiterou a decisão liminar anteriormente deferida, considerando que a partir da ciência da decisão concessiva da liminar, não há margem para a cobrança de valores relativos ao rateio do ajuste do MRE/GSF em relação a períodos pretéritos cujas parcelas estariam a vencer quando da prolação da decisão concessiva da liminar em 05 de agosto de 2016, determinando, ainda, a recontabilização das liquidações realizadas, em especial a parcela de rateio de ajuste do MRE/GSF, com vencimento a partir de 05 de agosto de 2015.

A Celesc G não aderiu a repactuação do risco hidrológico proposto pela Lei Federal nº 13.203 de 08 de dezembro de 2015.

Em que pese o Supremo Tribunal de Justiça – STJ em 15 de julho de 2016 ter suspendido a liminar que limitava a 5% as perdas com a aplicação do déficit de geração hídrica dos filiados à Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – ABRAGEL, o que poderia ser utilizado pela União e ANEEL para pedir tratamento similar nas demais instâncias judiciais onde existem sentenças provisórias favoráveis aos Geradores. Em 10 de agosto de 2016, a ABRAGEL interpôs Reclamação no Supremo Tribunal Federal – STF, sendo deferida liminar para suspender a decisão do STJ que teria usurpado a competência da Corte Suprema.

c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000 – ANEEL, datado de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, a ANEEL, outorgou à ECTE a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 525kV, com 252,5 km de extensão, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da



operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

e) Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com contrato de concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa.

f) Legislações Aplicáveis as Concessões

i) Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016.

Em 09 de agosto de 2016, por meio da Nota Técnica nº 258, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$43.276 com vigência de agosto de 2016 a julho de 2017.

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

ii) Decreto nº 8.401 de 04 de Fevereiro de 2015 – Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.



As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

- I bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00 (duzentos reais) MWh;
- II bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00 (duzentos reais) MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças PLD;
- III bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha. No mês de março, o governo decidiu desligar as usinas térmicas com custo de geração acima de R\$420 reais/MWh, permitindo a adoção da bandeira tarifária amarela.

Nos meses de julho a setembro de 2016, a ANEEL adotou a bandeira tarifária verde. Segundo a ANEEL, três fatores principais contribuíram para a bandeira verde: a evolução positiva do período úmido de 2016, que recompõe os reservatórios das hidrelétricas; o aumento de energia disponível com redução de demanda; e a adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro.

iii) Resolução Homologatória $n^{\underline{0}}$ 1.858 de 27 de Fevereiro de 2015 — Revisão Tarifária Extraordinária — RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.

Para os clientes da Celesc D, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado teve efeito médio de 24,8%, variando de 21,31% para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão a 29,90% para o Grupo A1 (indústria), atendido em tensão maior ou igual a 230 kV.

Na Celesc D o índice de reajuste para cada nível de tensão, considerando a bandeira verde, é:



Nível de Tensão	Efeito Médio	Nº de consumidores
A1 (230kV ou mais)	29,90%	1
A2 (88kV a 138kV)	29,06%	44
A3 (69kV)	28,68%	25
A3a (30kV a 44kV)	28,68%	8
A4 (2,3 kV a 25kV)	24,64%	10.429
BT (menor que 2,3kV)	21,31%	2.779.792

(i) Informações não revisadas

Os valores da RTE da Celesc D tem o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu, que sofreu variação de 46,14% no mês de janeiro de 2015; a elevação em 1.292% dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao fim dos subsídios do Governo Federal aos programas sociais de universalização da energia elétrica e fomento à geração de energia alternativa; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda.

iv) Resolução Homologatória nº 2.120 de 16 de Agosto de 2016

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.120 de 16 de agosto de 2016, homologou a 4ª Revisão Tarifária Periódica – RTP dos consumidores atendidos pela área de concessão da Celesc D.

As tarifas foram reajustadas em -4,16%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

O efeito médio nas tarifas de -4,16% decorre:

- (i) do reposicionamento dos itens de custos de Parcela A e B, que contribui para o efeito médio em -1,54%;
- (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual processo tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, com efeito de -0,47%; e
- (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário da Celesc D, que corresponde à -2,15%.

A nova tarifa entrou em vigor a partir de 22 de agosto de 2016, sendo de -6,25%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de -2,62%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

A tabela a seguir apresenta o resumo do 4º Ciclo RTP:



Participação na Revisão Tarifária 2016				
Parcela A:	-2,20%			
Encargos Setoriais	-1,73%			
Custos de Transmissão	0,71%			
Compra de Energia	-1,18%			
Parcela B	0,66%			
Reajuste Econômico (IRT)	-1,54%			
Componentes Financeiros do Processo Atual	-0,47%			
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	-2,15%			
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores	-4,16%			

A revisão tarifária é aplicada a cada cinco anos e está prevista nos contratos de concessão das distribuidoras, tendo por objetivo manter o equilíbrio das tarifas com base na remuneração dos investimentos das empresas voltados para a prestação dos serviços de distribuição e na cobertura de despesas efetivamente reconhecidas pela ANEEL.

A ANEEL também aprovou os limites de DEC e FEC da distribuidora para o período de 2017 a 2021, sendo que, para o DEC foi definida uma trajetória de melhoria que parte de 12,11 horas em 2017, chegando em 10,33 horas em 2021. Para o FEC, foram estabelecidas as metas de 10,0 interrupções em 2017, chegando ao valor de 8,06 interrupções no ano de 2021.

Para o nível de perdas técnicas foi estabelecido o percentual de cobertura regulatória em 5,97% da energia injetada, sendo que, para as perdas não técnicas foi definido o percentual de 3,73% sobre o mercado de baixa tensão faturado.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 — *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board — IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários — CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais — ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 07 de novembro de 2016.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação



As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas estão apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.



c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Uso do Bem Público - UBP

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira Anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras.



3.1 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes as Demonstração de Resultado, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do período findo em 30 de setembro 2015, como previsto no CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 — *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 — Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 — *Presentation of Financial Statements*.

Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia.

Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

3.1.1. Demonstrações de Resultados - Consolidado

			Consolidado
	30 de		30 de
	setembro	D . 1	setembro
	2015	Reclassificação	2015
	Original		Reapresentado
Receita	5.058.139	(835)	5.057.304
Receita das Vendas e Serviços (i)	4.722.269	(835)	4.721.434
Receita de Construção – CPC 17	284.972	-	284.972
Receita Parcela A – CVA	50.898	-	50.898
Custos	(4.768.753)	-	(4.768.753)
Custo das Vendas e Serviços	(4.483.781)	-	(4.483.781)
Custo de Construção – CPC 17	(284.972)	-	(284.972)
Lucro Bruto	289.386	(835)	288.551
Despesas com Vendas	(134.420)	-	(134.420)
Despesas Gerais e Administrativas (ii)	(264.939)	60.105	(204.834)
Outras Receitas/Despesas, Líquidas (i)	63.012	835	63.847
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.247	-	14.247
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(32.714)	60.105	27.391
Receitas Financeiras	267.501	-	267.501
Despesas Financeiras (ii)	(201.644)	(60.105)	(261.749)
Resultado Financeiro	65.857	(60.105)	5.752
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	33.143	-	33.143
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.083)		(4.083)
Lucro Líquido do Exercício	29.060		29.060
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)	29.060	-	29.060
Lucro Básico por Ação	29.060	-	29.060
Ações Ordinárias Nominativas	0,71094	-	0,71094
Ações Preferenciais Nominativas	0,78203	-	0,78203
Lucro Diluído por Ação			
Ações Ordinárias Nominativas	0,71094	-	0,71094
Ações Preferenciais Nominativas	0,78203		0,78203



3.1.2 Demonstração do Valor Adicionado - Consolidado

			Consolidado
	30 de setembro 2015 Original	Reclassificação	30 de setembro 2015 Reapresentado
Receitas	8.492.370	_	8.492.370
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	8.161.489	-	8.161.489
Receita com a Construção de Ativos	284.972	_	284.972
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.141)	_	(23.141)
Outras Receitas	69.050		69.050
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(4.091.304)	-	(4.091.304)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(163.983)	-	(163.983)
Gastos com a Construção de Ativos	(284.972)	-	(284.972)
Perdas/Recuperação de Ativos	9.196	-	9.196
Perdas com Clientes	53.847	-	53.847
Valor Adicionado Bruto	4.015.154	<u> </u>	4.015.154
Depreciação e Amortização	(174.057)	<u> </u>	(174.057)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	3.841.097		3.841.097
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.247	-	14.247
Receitas Financeiras	267.501		267.501
Valor Adicionado Total a Distribuir	4.122.845	<u> </u>	4.122.845
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal (ii)	(484.258)	60.105	(424.153)
Impostos, Taxas e Contribuições	(3.396.449)	-	(3.396.449)
Juros e Variações Cambiais (ii)	(200.166)	(60.105)	(260.271)
Aluguéis	(12.912)	-	(12.912)
Lucro Retido do Exercício	(29.060)		(29.060)
Valor Adicionado Distribuído	(4.122.845)	-	(4.122.845)



3.1.3 Demonstração do Fluxo de Caixa - Consolidado

3.1.3 Demonstração do Frazo de Caixa Consolidad			Consolidado
	30 de setembro 2015	Reclassificação	30 de setembro 2015
	Original		Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	Original		Reupresentato
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	33.143		33.143
Ajustes			
Depreciação e Amortização	174.057	-	174.057
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	171	-	171
Baixa de Ativo Indenizatório	31.989	-	31.989
Resultado da Equivalência Patrimonial	(14.247)	-	(14.247)
Atualização do Ativo Financeiro - VNR	(84.275)	-	(84.275)
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	60	-	60
Juros e Variações Monetárias (ii)	89.060	60.105	149.165
Contingências	1.874	-	1.874
Provisão para Passivo Atuarial	79.343	-	79.343
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	(03)	-	(03)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	23.140		23.140
Receita Financeira Investimento	(190)	-	(190)
Realização de Provisão para Perdas	(9.196)	-	(9.196)
Variações nos Ativos e Passivos			
Contas a Receber	(341.363)	_	(341.363)
Tributos a Recuperar	(111.727)		(111.727)
Estoques	516	-	516
Ativos Regulatórios	(15.952)	-	(15.952)
Outros Ativos	(357.328)		(357.328)
Depósitos Judiciais	(8.591)	-	(8.591)
Fornecedores	(47.782)	-	(47.782)
Salários e Encargos Sociais	26.461		26.461
Tributos a Pagar	136.662		136.662
Taxas Regulamentares	1.043.422		1.043.422
Passivos Regulatórios	54.287	-	54.287
Outros Passivos	(461)	-	(461)
Passivo Atuarial (ii)	(141.714)	(60.105)	(201.819)
Caixa Proveniente das Operações	561.356	(00.103)	561.356
	(143.958)		(143.958)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Juros Pagos	(72.793)	-	(72.793)
Julios I agos	(12.173)	-	(12.173)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	344.605	<u> </u>	344.605
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(221.145)	-	(221.145)
Aumento de Capital	(10.766)	-	(10.766)
Redução de Capital de Investidas	7.800	-	7.800
Dividendos Recebidos	31.765	-	31.765
Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Investimentos	(192.346)	<u> </u>	(192.346)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Amortização de Empréstimos	(393.394)	-	(393.394)
Ingressos de Empréstimos	402.940	-	402.940
Ingresso de Debêntures	290.999	-	290.999
Dividendos Pagos	(73.004)	<u> </u>	(73.004)
Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Financiamentos	227.541	<u>.</u>	227.541
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	379.800	_	379.800
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	449.789		449.789
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	829.589	_	829.589
The second of th	0271007		3271007



- (i) A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, no valor de R\$835, foi reclassificada de Outras Receitas/Despesas, líquidas para Dedução da Receita.
- (ii) Foi reclassificada a atualização monetária e juros sobre obrigação a pagar, no valor de R\$60.105, referente à cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório, de Despesas Gerais e Administrativas para Despesas Financeiras.

3.2. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

- a) CPC 04 (R1) Ativo Intangível: esclarece a definição da vida útil dos softwares e incrementou o método de amortização linear dos ativos intangíveis de fina útil definida.
- b) CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: ajustou os critérios das exceções à aplicação do método de equivalência patrimonial, e os procedimentos para o método de equivalência patrimonial.
- c) CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto: explica que a contabilização de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes da aquisição de uma participação em operação em conjunto em que a atividade da operação em conjunto constitui um negócio, aplicam-se na extensão da participação, todos os princípios sobre a contabilização de combinação de negócios do Pronunciamento Técnico CPC 15 e outros pronunciamentos, que não conflitem com as orientações deste pronunciamento. Incluiu também as especificações da contabilização da aquisição de participação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitui um negócio.
- d) CPC 20 (R1) Custo de Empréstimos: estabelece que não é requerido a aplicação desse pronunciamento para o ativo qualificável mensurado por valor justo, como por exemplo, ativos biológicos dentro do alcance do CPC 29 Ativo biológico e produto agrícola. Adicionalmente também foi incluído plantas portadoras como ativo qualificável.
- e) CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária: estabelece que as notas explicativas compreendam as políticas contábeis significativas e outras informações significativas. Para as informações obrigatórias deve-se fazer referência cruzada do local que estas estão divulgadas.
- f) CPC 22 Informações por Segmento: clarificou a ilustração das informações descritivas sobre os segmentos informados pela entidade.
- g) CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Financeiras: clarificou que as notas explicativas compreendem as políticas contábeis significativas e outras informações significativas. A Entidade não deve reduzir a compreensão das demonstrações contábeis pela agregação de itens materiais. A entidade não deve incluir informações nas notas explicativas requeridas por Pronunciamentos específicos se o



resultado desta divulgação não for material. Permite uma maior segregação das contas do que o apresentado anteriormente no balanço patrimonial para permitir a maior compreensão das operações.

- h) CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada: esclarece os procedimentos a serem feitos quando o ativo mantido para venda ou mantido para distribuição aos proprietários deixa de atender aos requisitos do CPC 31. Os efeitos dessa reclassificação devem ser contabilizados no resultado do período.
- i) CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados: esclarece os critérios serem utilizados como base para o cálculo da taxa de desconto. Adicionalmente explica que as alterações deste pronunciamento devem ser aplicadas desde o início do primeiro período comparativo apesentado nas demonstrações contábeis que a entidade aplicar essas alterações.
- j) CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas: esclarece as exceções na divulgação das demonstrações consolidadas relacionadas a não divulgação de demonstrações consolidadas quando a controladora for ela mesma uma controlada. Quando o controle for perdido o investimento bem como qualquer contas a pagar e a receber desta investida deve ser reconhecido de acordo com os CPC. Tal valor será considerado como o valor justo no reconhecimento inicial do ativo financeiro de acordo como CPC 38.
- k) CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: esclarecem as exceções na adoção inicial para a combinação de negócios aplicadas as aquisições do passado de investimentos em coligadas, de participações em empreendimentos controlados em conjunto e de participações em operação conjunta em que a atividade seja um negócio.
- l) CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação: amplia e esclarece o entendimento que a entidade não tem mais envolvimento contínuo em ativo financeiro se como parte da transferência ela não reter qualquer dos direitos ou obrigações contratuais inerentes ao ativo financeiro.
- m) CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades: esclarece que a entidade de investimento que elaborar demonstrações contábeis em que todas as suas controladas são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado, deve apresentar as divulgações relativas a entidades de investimentos exigidas por este Pronunciamento.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1° de janeiro de 2016 não são relevantes para o Grupo.

3.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

a) IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros" – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à



mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

- **b) IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes" –** Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 "Contratos de Construção", IAS 18 "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- c) IFRS 16 "Operações de Arrendamento Mercantil" Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.



4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.



							Consolidado embro 2016
	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.295.547	57.517	17.357	15.152	4.634	1.390.207
Caixa e Equivalente de Caixa		981.433	-	-	-	-	981.433
Subsídio Decreto nº 7.891/13		1.097.787	-	-	-	-	1.097.787
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	IPCA	518	6.813	21.570	119.964	265.883	414.747
Total Ativo		3.375.285	64.330	38.927	135.116	270.517	3.884.174
Empréstimo Bancário	110% a 121,5% CDI	15.282	28.540	131.756	132.766	-	308.343
Eletrobras	5% a.a.	2.270	4.366	19.761	38.014	4.083	68.494
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	617	927	4.328	28.680	6.516	41.068
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a 2,5% a.a.	_	17.338	103.957	263.716	-	385.011
Debêntures – Celesc G	125% CDI	_	1.798	-	200.350	-	202.148
Fornecedores		391.250	148.735	6.570	_	-	546.555
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	10.361	8.010	38.130	290.329	375.136	721.966
Passivo Financeiro - "Parcela A" CVA	14,09% a.a. ⁽ⁱ⁾	25.767	51.800	241.665	332.599	-	651.831
Total Passivo		445.547	261.514	546.167	1.286.454	385.735	2.925.416

⁽i) Taxa Selic projetada para os próximos 12 meses.

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessão de distribuição de energia elétrica e em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos até 07 de julho de 2045.

Destaca-se, outrossim, que nos primeiros 5 anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos a serem medidos serão a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, mede quantas horas uma UC ficou sem energia durante certo período, e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, mede quantas vezes, em média, uma UC ficou sem energia.



Até 2017 a redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela Aneel para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

Os indicadores financeiros que serão avaliados são:

- i) Ebtida: Representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, quanto a Empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração efeitos financeiros e de impostos. Em resumo, é quanto a atividade operacional traz dinheiro para a Companhia.
- ii) Ebitda QRR: Significa que a geração operacional de caixa deve ser suficiente para cobrir os gastos com PMSO e realizar o mínimo de investimentos necessários no sistema elétrico, de forma a garantir a qualidade do serviço.
- iii) Dívida líquida / Ebitda QRR: Mensura o risco e a capacidade financeira de pagar nossas dívidas, isto é, honrar obrigações assumidas (despesas, investimentos mínimos, dívida e demais passivos). Avalia se a geração de caixa é suficiente para cobrir os gastos com PMSO, investir no sistema de distribuição e cobrir o custo da dívida.

A manutenção da concessão está associada à sustentabilidade econômico-financeira da Celesc Distribuição. Para medir essa capacidade, a Aneel estipulou metas específicas, que serão medidas a partir de 2017.

Em 2017 o Ebitda deve ser maior ou igual a 0 (zero) e em 2018 Ebitda - QRR maior ou igual a 0 (zero) Em relação a Dívida líquida / Ebitda - QRR o indicador estipulado pela ANEEL em 2019 deve ser menor ou igual a 9,71 (nove vírgula setenta e um) e em 2020 menor ou igual a 7 (sete).

A Companhia possui também concessão para prestação do serviço de geração, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, tendo em 05 de janeiro de 2016, assinado o Contrato de Concessão nº 06/2016 da Usina Garcia e o Contrato de Concessão nº 07/2016 das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de propriedade da Celesc G, que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões, com vigência de 30 anos.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de setembro de 2016:



					Consolidado
Premissas	s Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI ¹ (%)		-	13,16%	16,45%	19,74%
	Aplicações Financeiras	952.372	125.332	156.665	187.998
	Empréstimos	(277.725)	(36.549)	(45.686)	(54.823)
	Debêntures	(465.752)	(61.293)	(76.616)	(91.939)
SELIC			13,17%	16,46%	19,76%
	Passivo Financeiro – Parcela A – CVA	(551.726)	(72.662)	(90.828)	(108.993)
IPCA ² (%	6)		8,48%	10,60%	12,72%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 12)	142.606	12.093	15.116	18.139
	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	259.128	21.974	27.468	32.961
	Reserva Matemática a amortizar	(506.259)	(42.931)	(53.663)	(64.396)

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

		Consolidado
	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro
	2016	2015
Total dos Empréstimos	377.192	542.174
Debêntures	465.752	600.731
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(981.433)	(922.047)
Dívida Líquida	(138.489)	220.858
Total do Patrimônio Líquido	2.189.230	2.224.728
Total do Capital	2.050.741	2.445.586
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-6,75%	9,03%

² IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT K17 com vencimento em 02/05/2017 – (fechamento 04/10/2016)



4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2016. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

		Consolidado
Descrição – Nível 1	30 de setembro	31 de dezembro
Descrição – Micri	2016	2015
Empréstimos e Recebíveis		
Caixa e Equivalentes	981.433	922.047
Descrição – Nível 3		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	137.261	137.261
Empréstimos e Recebíveis	137.201	137.201
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	259.128	_
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	312.347	196.520
Outros	217	217
Total do Ativo	1.690.386	333.998

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares:
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).



5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de setembro de 2016.

						Consolidado
Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo						
Caixa e Equivalentes	1	-	981.433	-	-	981.433
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	312.347	-	312.347
Contas a Receber de Clientes		-	1.914.035	-	-	1.914.035
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)		-	1.097.787	-	-	1.097.787
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	-	259.128	-	-	259.128
Outros	3	-	-	217	-	217
		137.261	4.252.383	312.564	-	4.702.208
Passivo						
Fornecedores		-	-	-	546.555	546.555
Eletrobrás		-	-	-	62.864	62.864
Empréstimos		-	-	-	377.192	377.192
Debêntures		-	-	-	465.752	465.752
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	506.260	506.260
Passivo Financeiro – Parcela "A" – CVA		-	551.726	-	-	551.726
		-	551.726	-	1.958.623	2.510.349

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2015.

						Consolidado
Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo						
Caixa e Equivalentes	1	-	922.047	-	-	922.047
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	196.520	-	196.520
Contas a Receber de Clientes		-	1.967.430	-	-	1.967.430
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)		-	662.236	-	-	662.236
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA	3	-	445.359	-	-	445.359
Outros	3			217		217
		137.261	3.997.072	196.737	-	4.331.070
Passivo						
Fornecedores		-	-	-	732.321	732.321
Eletrobrás		-	-	-	89.435	89.435
Empréstimos		-	-	-	542.174	542.174
Debêntures		-	-	-	600.731	600.731
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	508.197	508.197
		-	-	-	2.472.858	2.472.858

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:



		Consolidado
	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro
	2016	2015
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 - Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.062.268	1.169.685
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	237.045	245.193
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	614.722	552.552
	1.914.035	1.967.430

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

	C	ontroladora		Consolidado		
	30 de	31 de	30 de	31 de		
Descrição	setembro	dezembro	setembro	dezembro		
	2016	2015	2016	2015		
Recursos em Banco e em Caixa	40	36	29.061	42.481		
Aplicações Financeiras	19.380	25.199	952.372	879.566		
	19.420	25.235	981.433	922.047		

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

		Controladora		Consolidado
	30 de	31 de	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro	setembro	dezembro
	2016	2015	2016	2015
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

³ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias — ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais — PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2014 foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 2015, após nova avaliação, a Companhia entende que o valor justo da Casan deverá permanecer o valor de R\$137.261, haja vista, que baseado nas premissas utilizadas para o ano de 2015 o valor apurado para o respectivo ano está muito próximo do valor apurado em 2014. A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2015 foi de 14,25% para fins de mensuração de fluxo de caixa descontado.

9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

					Consolidado
	Saldos a	Vencidos	Vencidos	30 de	31 de
Descrição	Vencer	até	há mais	setembro	dezembro
	Veneer	90 dias	de 90 dias	2016	2015
Consumidores					
Residencial	344.032	113.596	80.307	537.935	494.068
Industrial	262.147	55.924	354.311	672.382	750.295
Comércio, Serviços e Outros	219.809	34.543	81.470	335.822	353.315
Rural	61.580	8.877	9.157	79.614	79.109
Poder Público	33.067	4.001	42.399	79.467	74.067
Iluminação Pública	27.051	255	17.671	44.977	47.016
Serviço Público	22.364	346	1.281	23.991	24.104
	970.050	217.542	586.596	1.774.188	1.821.974
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	64.167	8.766	7.421	80.354	84.704
Transações no Âmbito da CCEE	34.574	-	-	34.574	30.102
Outros Créditos	(6.523)	10.737	20.705	24.919	30.650
	92.218	19.503	28.126	139.847	145.456
	1.062.268	237.045	614.722	1.914.035	1.967.430
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(523.828)	(476.628)
(-)				1.390.207	1.490.802
Circulante				1.370.421	1.474.884
Não Circulante				19.786	15.918



Com a promulgação das Leis n^{os} 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004 houve alteração na sistemática de apuração dos tributos referentes ao Programa de Integração Social – PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pois estas leis deram um novo tratamento a estes tributos, eliminando a cumulatividade em cada etapa da cadeia produtiva.

A partir desta alteração o custo efetivo do recolhimento dos tributos passa a ser variável, não havendo assim forma de antever o valor exato que será despendido pelas concessionárias para esta obrigação, pois o valor dos créditos apurados é determinante para calcular a alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, pois cada empresa possui uma estrutura de custos e despesas próprias, mesmo estando em igual setor econômico.

Os estudos dos procedimentos de apuração da alíquota efetiva indicaram que devem ser incluídas na base de cálculo da alíquota efetiva as receitas de Doações e Subvenções e Realização do Resultado Tributário – IN RFB 1.515, de 24 de novembro de 2015.

A análise elaborada destaca que a conta de receita de Subvenções e Doações agrupa as receitas derivadas de doações, contribuições e subvenções não destinadas a investimentos, que são repassadas à concessionária por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, compensando assim descontos que são dados para algumas categorias de consumidores, desta forma estariam relacionadas diretamente a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Companhia contratou também parecer técnico da Ganin Advogados Associados que ratificou os entendimentos da inclusão das Receitas de Subvenções e Doações na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, bem como realizar a cobrança retroativa de todos os consumidores.

A Diretoria Colegiada em observância ao parecer Consulta da Ganin Advogados Associados autorizou o reconhecimento em 2015 e a cobrança da diferença apurada pela Celesc D do PIS/PASEP e da COFINS nos anos de 2013 a 2015 no valor de R\$63,8 milhões, que esta sendo realizado durante o exercício de 2016.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:



		Consolidado
	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro
	2016	2015
Consumidores		
Residencial	80.298	63.250
Industrial	170.993	152.712
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	74.988	66.597
Rural	5.701	4.650
Poder Público	33.641	32.042
Iluminação Pública	16.314	15.586
Serviço Público	1.158	1.090
Concessionárias e Permissionárias	1.129	1.105
Outros	3.478	3.468
	523.828	476.628
Circulante	387.700	340,500
Não Circulante	136.128	136.128

b.1) Movimentação

	Consolidado
Descrição	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	476.628
Provisão Constituída	51.364
Baixas de Contas a Receber	(4.164)
Saldo em 30 de setembro de 2016	523.828

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.



10. Outros Ativos e Ativos Financeiros – Circulantes e Não Circulantes

		Consolidado
	30 de	31 de
Outros Créditos a Receber - Circulante	setembro	dezembro
	2016	2015
Dividendos	278	682
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (Nota 1.1.1 – item f e Nota 23)	1.097.787	662.236
Pessoal a disposição	6.570	3.072
Adiantamento Proinfa	15.091	15.091
Adiantamentos Diversos	2.763	2.997
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	50.192	38.488
Compartilhamento de Infraestrutura	3.321	3.337
Programa Baixa Renda	83	24.098
Ativos Financeiros – Parcela A (Nota 11.1)	-	248.458
Conta Bandeiras	40.960	-
Ativos Financeiros - Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	27.849	-
Outras contas	53.059	27.048
	1.297.953	1.025.507
Outros Créditos a Receber – Não Circulante		
Ativos Financeiros – Parcela A (Nota 11.1)	-	196.901
Ativos Financeiros - Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	231.279	-
Outras contas	2.391	2.119
	233.670	199.020
	1.531.623	1.224.527

11. Ativo (Passivo) Financeiro

11.1. Parcela A – CVA

Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2015	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Trasnfe- rências	30 de setembro 2016	Amorti- zação	Valores em Constituição	Circu- lante	Não Circulante
CVA Ativa	991.706	(191.604)	(270.168)	(6.411)	(442.573)	80.950	66,944	14.006	68.111	12.839
Aquisição de Energia - (CVA energ)	636.288	(76.860)	(230.029)	1.112	(316.008)	14.503	10.497	4.006	10.831	3.672
Proinfa	-	30.578	(3.637)	3.882	-	30.823	30.823	-	30.823	-
Transporte Rede Básica	32.982	14.594	(17.786)	2.651	-	32.441	23.221	9.220	23.989	8.452
Transporte de Energia - Itaipu Encargos do Sistema de	1.433	2.643	(1.271)	378	-	3.183	2.403	780	2.468	715
Serviço - ESS	126.565	-	-	-	(126.565)	-	-	-	-	-
CDE	194.438	(162.559)	(17.445)	(14.434)	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	96.738	20.927	(23.040)	-	(21.392)	73.233	73.233	-	73.233	-
Neutralidade da Parcela A	60.948	19.988	(8.543)	-	-	72.393	72.393	-	72.393	-
Sobrecontratação de Energia	21.392	-	-	-	(21.392)	-	-	-	-	-
Outros	14.398	939	(14.497)			840	840		840	
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.088.444	(170.677)	(293.208)	(6.411)	(463.965)	154.183	140.177	14.006	141.344	12.839



Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2015	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Trasnfe- rências	30 de setembro 2016	Valores em Amortiz ação	Valores em Constituição	Circu- lante	Não Circulante
CVA Passiva	(614.149)	(437.026)	181.545	20.537	442.573	(406.520)	(171.493)	(235.027)	(191.079)	(215.441)
Aquisição de Energia - (CVA energ)	(316.008)	6.273	-	(6.273)	316.008	-	-	-	-	-
Proinfa	(1.639)	555	1.053	31	-	-	-	-	-	-
Encargos do Sistema de Serviço - ESS	(296.502)	(150.441)	174.637	(20.310)	126.565	(166.051)	(121.881)	(44.170)	(125.561)	(40.490)
CDE	-	(293.413)	_	47.089	-	(240.469)	(49.612)	(190.857)	(65.518)	(174.951)
Demais Passivos Financeiros Setoriais Sobrecontratação de Energia	(28.936) (21.392)	(266.800) (225.029)	7.544	(32.589) (31.572)	21.392 21.392	(299.389) (256.601)	(256.601) (256.601)	(42.788)	(257.877) (256.601)	(41.512)
Neutralidade da Parcela A	-	(15.307)				(15.307)		(15.307)	(1.276)	(14.031)
Devoluções Tarifárias	-	(26.464)	-	(1.017)	-	(27.481)	-	(27.481)	-	(27.481)
Outros	(7.544)		7.544							
Total Passivos Financeiros Setoriais Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais, líquidos	(643.085)	(703.826)	189.089	(12.052)	463.965	(705.909)	(428.094)	(263.809)	(307.612)	(256.953)

		Consolidado
Descrição	30 de setembro 2016	31 de dezembro 2015
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	-	100.961
CVA 2016 - Período de 08.08.2015 a 07.08.2016	(104.550)	276.597
CVA 2017 - Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(221.020)	-
Total da Parcela A — CVA	(325.570)	377.558
Outros Itens – Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	-	6.854
Outros Itens - Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	(183.368)	60.947
Outros Itens - Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(42.788)	-
Total Outros Itens - CVA	(226.156)	67.801
Total	(551.726)	445.359

Canaalidada

O Ativo/Passivo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA, destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais n° 25 e n° 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A Aneel por meio do Despacho nº 2.078, de 02 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 08 de agosto de 2016, reconheceu o recurso da Celesc D interposto em face do Despacho nº 2.642, de 2015, para, no mérito, dar parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2 MW médios como exposição involuntária relativa a cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de



consumidores especiais e b) considerar mais 15,818 MW médios como exposição involuntária em razão do reconhecimento de erro no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de setembro de 2016 o valor de R\$256.601, na conta contábil Passivo Financeiro como redutora da Receita Operacional Bruta tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante e Não Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

A Celesc D está adotando todas as medidas administrativas e judiciais necessárias com a finalidade de preservar os interesses da companhia, quanto ao reconhecimento do caráter involuntário dos 35,02 MWmédios não atendidos no recurso apresentado à ANEEL.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que o órgão regulador reconsidere o que foi definido no Despacho 2.078. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo, do impacto financeiro da ordem de R\$256,6 milhões, a ser aplicado pela ANEEL no processo de revisão tarifária da Celesc D decorrente da exposição desta no ano de 2014. Com base nessa decisão, os impactos decorrentes da Subcontratação de 2014 não foram incluídos da deliberação da Diretoria da ANEEL.

11.2. Bonificação de Outorga

Em 25 de novembro de 2015, a ANEEL promoveu o leilão de 29 usinas hidrelétricas existentes com concessões vencidas. As hidrelétricas foram outorgadas pelo prazo de trinta anos mediante a contrapartida do pagamento de Bonificação de Outorga pelos agentes de geração, instituída pela Medida Provisória 688 (convertida na Lei nº 13.203 em 08 de dezembro de 2015).

Em 18 de setembro de 2015 o Conselho Nacional de Política Energética — CNPE publicou a Resolução nº 2 estabelecendo que:

- a) Entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, 100% da energia produzida pelas usinas será destinada ao mercado regulado,
- b) A partir de 1º de janeiro de 2017, 70% da garantia física das usinas será destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e o restante será de livre disposição do vencedor da licitação, inclusive podendo ser comercializado no mercado livre (ACL).

A receita proposta no mercado regulado (Receita Anual da Geração – RAG) é composta pela remuneração da Gestão dos Ativos da Geração – GAG e pelo Retorno da Bonificação da Outorga – RBO.

A GAG é formada pela remuneração da operação e manutenção das usinas ($GAG_{O\&M}$) e a remuneração dos investimentos em melhorias nas instalações durante o período de concessão ($GAG_{Melhorias}$). A RBO é calculada a partir da remuneração da Bonificação da Outorga a uma taxa mínima de retorno (WACC) de 9,04% ao ano.



A metodologia de cálculo da GAG e RBO está disciplinada na Nota Técnica nº 257/2015-SGT/ANEEL, de 25 de setembro de 2015 e na Nota Técnica nº 210/2015-SRM/SRG/SGT/ANEEL, de 06 de outubro de 2015, na qual constam as equações que deverão ser utilizadas para efetuar o cálculo da RAG a ser auferida pela geradora ao longo da concessão.

As usinas Bracinho, Cedros, Salto, Palmeiras e Garcia, organizadas no "LOTE C" do leilão, tiveram suas concessões licitadas e arrematadas pela Celesc G, com valor pago pela bonificação de outorga (BO) de R\$228,6 milhões.

A 1ª parcela da Bonificação da Outorga da Celesc G foi quitada em 04 de janeiro de 2016 no valor de R\$148,6 milhões correspondendo a 65% do total, ficando o débito da 2ª parcela de R\$80,0 milhões correspondendo a 35%. O montante atualizado pela taxa Selic em 30 de setembro de 2016 registrado como "Outros Passivos Circulantes" no valor de R\$85,4 milhões, foi quitado em 01 de julho de 2016.

A contrapartida, por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como "empréstimos e recebíveis", inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

A Receita Anual de Geração – RAG será reajustada anualmente pela ANEEL pelo IPCA, no dia primeiro de julho, observado o prazo mínimo legal de doze meses da data de realização da Sessão Pública da Licitação das Concessões, ocorrida em 25 de novembro de 2015. Dessa forma, o ativo financeiro será atualizado mensalmente pelo índice estabelecido no contrato.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado:

- (i) Deduzindo-se o valor mensal recebido de RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL 2.014/2016:
- (ii) Somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR);
- (iii) Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo contrato de concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Ingressos	37.443	46.408	35.597	21.042	88.070	228.560
Atualização Monetária	1.973	2.936	2.256	1.324	5.606	14.095
Juros	3.398	4.538	3.362	2.318	7.450	21.066
Amortização/Baixa	(4.593)					(4.593)
Em 30 de setembro de 2016	38.221	53.882	41.215	24.684	101.126	259.128
					Circulante	27.849
					Não Circulante	231.279



12. Ativo Indenizatório – Concessão

		Consolidado
	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro
	2016	2015
Em Serviço	142.606	116.702
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	142.606	116.702
Em Curso	169.741	79.818
Ativo de Concessão - Distribuição de Energia (a)	169.741	79.818
Total	312.347	196.520
Circulante	-	-
Não Circulante	312.347	196.520

Em função da prorrogação do 5° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n° 56/1999, a parcela que estava registrada no Ativo Financeiro e que será considerada na receita via tarifa durante o prazo da concessão foi transferida em 2015 para o Ativo Intangível. Para este cálculo foram considerados os critérios definidos na Resolução Normativa ANEEL n° 674 de 11 de agosto de 2015 que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

a) Ativo de Concessão - Distribuição de Energia

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	196.520
(+) Novas Aplicações	109.368
(+) Ajuste VNR (i)	7.166
(-) Resgate	(706)
Em 30 de setembro de 2016	312.347

(i) A Companhia reconheceu no primeiro semestre de 2016, o montante de R\$6.387, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualizava sua Base de Remuneração Regulatória – BRR pelo IGP-M até o 3º Ciclo da Revisão Tarifária. A partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica será atualizado pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

Os Ativos Financeiros e Intangíveis de Concessão foram atualizados desde agosto de 2012, data da última Revisão Tarifária Periódica, pelo novo índice (IPCA).



13. Tributos a Recuperar ou Compensar

		Controladora		Consolidado
	30 de	31 de	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro	setembro	dezembro
	2016	2015	2016	2015
ICMS ⁴	-	-	36.827	39.140
PIS e COFINS ⁵	-	-	21.228	407
IRPJ e CSLL ⁶	1.430	2.298	253.011	131.399
Outros	664	101	3.361	2.952
Total	2.094	2.399	314.427	173.898
Circulante	2.094	2.399	289.054	158.667
Não Circulante	-	-	25.373	15.231

Os saldos de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é composto substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

14. Transações com Partes Relacionadas

a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo não circulante são:

	Controladora_
	Outros Créditos de
Descrição	Partes
	Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2015	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	12.652
	12.652
Em 30 setembro de 2016	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	9.453
	9.453

⁴ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL



					Consolidado
Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2015					
Governo do Estado de SC ICMS	177.055	39.140	-	_	_
Contas a Receber	-	-	8.602	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	12.652	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	10.242
Celos	177.055	39.140	8.602	13.140	18.343 18.343
Em 30 de setembro de 2016					
Governo do Estado de SC					
ICMS	114.393	36.827	-	-	-
Contas a Receber	-	-	6.474	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	9.453	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	114 202	2 (02#	-	- 0.041	10.400
	114.393	36.827	6.474	9.941	10.400

A movimentação no resultado do período foi:

	Controladora
Descrição	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2015	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	-
Em 30 de setembro de 2016	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	350
	350

			Consolidado
Descrição	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2015		v chuas	1 mancen as
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.553.420	-	-
Receita de Vendas	-	55.635	-
Rede Subterrânea (i)			
	1.553.420	55.635	-
Em 30 de setembro de 2016			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.552.005	-	-
Receita de Vendas	-	58.028	-
Rede Subterrânea (i)			350
	1.552.005	58.028	350

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/95, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.



A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos (dividendos do exercício de 2015), a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito.

Em 30 de setembro de 2016 o valor atualizado monetariamente era de R\$ 9.453.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado
	30 de	30 de	30 de	30 de
Descrição	setembro	setembro	setembro	setembro
	2016	2015	2016	2015
Administradores				
Honorários	3.534	4.513	3.534	4.513
Encargos Sociais	936	857	936	857
Outros	104	66	104	66
	4.574	5.436	4.574	5.436

15. Investimentos em Controladas e Coligadas

		Controladora		Consolidado
	30 de	31 de	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro	setembro	dezembro
	2016	2015	2016	2015
Controladas				
Celesc D	1.435.560	1.501.051	-	-
Celesc G	384.443	372.169	-	-
	1.820.003	1.873.220	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	101.588	84.005	101.589	84.005
ECTE	53.191	45.486	53.191	45.486
	154.779	129.491	154.780	129.491
Coligadas				
DFESA	33.653	32.234	33.653	32.234
SPEs ⁷	-	-	41.237	39.924
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	33.653	32.234	74.890	72.158
	2.008.435	2.034.945	229.670	201.649

⁷ Sociedade de Propósito Específico.



a) Informações sobre Investimentos

Controladora Milhares de Participação da Companhia Ações da Lucro/Prejuízo Patrimônio Total de Descrição Companhia Líquido do Líquido Ativos Exercício Capital Ordinárias **Capital Votante** Social Em 31 de dezembro de 2015 630.000 1.501.051 7.202.344 Celesc D 100% 100% 81.346 Celesc G 43.209 100% 100% 372.169 424.070 33.654 456.042 **ECTE** 13.001 30,88% 30,88% 147.278 17.871 **SCGÁS** 5.925 1.827 17% 51% 250.167 423.837 DFESA 153.382 23,03% 23,03% 139.964 156.042 113.506 40% Cubatão 1.600 40% 1.643 5.739 (48)Em 30 de setembro de 2016 1.435.560 7.604.508 (61.627)Celesc D 630.000 100% 100% 384.443 562.531 13.873 Celesc G 43.209 100% 100% 447.399 172.225 32.817 **ECTE** 13.001 30,88% 30,88% 360.075 544.094 109.908 **SCGÁS** 1.827 17% 51% DFESA 153.382 23,03% 23,03% 146.125 156.021 26.161 Cubatão 1.600 40% 40% 1.643 5.739 (48)

						Consolidado
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participa	ção da Companhia	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Liquido	Auvos	Exercício
Em 31 de dezembro de 2015						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	147.278	456.042	17.871
SCGÁS	1.827	17%	51%	250.167	423.837	5.925
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.964	156.042	113.506
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.162	61.960	170
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.537	5.537	(12)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.044	6.470	(91)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	33.542	58.286	851
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	19.688	45.398	(465)
Garça Branca Energética S.A.	7.053	49%	49%	11.038	12.639	(400)
Em 30 de setembro de 2016						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	172.225	447.399	32.817
SCGÁS	1.827	17%	51%	360.075	544.094	109.908
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	146.125	156.021	26.161
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.460	62.190	482
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.540	5.561	(11)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.055	6.469	(78)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	35.981	58.145	3.438
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	23.964	43.872	(2.156)
Garça Branca Energética S.A.	9.503	49%	49%	11.811	41.018	(2.199)

Canaalidada



b) Movimentação dos Investimentos

						Controladora
Descrição	Celesc D	Celesc G	ЕСТЕ	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2014	1.651.364	351.334	46.817	84.718	26.689	2.160.922
Dividendos e JCP Creditados	(37.542)	(12.819)	(6.850)	(252)	(20.596)	(78.059)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	81.346	33.654	5.519	1.007	26.141	147.667
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(194.117)	-	-	-	-	(194.117)
Em 31 de dezembro de 2015	1.501.051	372.169	45.486	84.005	32.234	2.034.945
Dividendos e JCP Creditados	(3.864)	(1.599)	(2.431)	-	(4.606)	(12.500)
Amortização Ágio - Concessão	-		-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(61.627)	13.873	10.136	18.685	6.025	(12.909)
Em 30 de setembro de 2016	1.435.560	384.443	53.191	101.589	33.653	2.008.435

					Consolidado
Descrição	ЕСТЕ	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2014	46.817	84.718	26.689	37.397	195.621
Em of de dezembro de 2011	10.017	011/10	20.002	671657	170.021
Integralizações	_	_	_	10.956	10.956
Dividendos e JCP Creditados	(6.850)	(252)	(20.596)	-	(27.698)
Amortização Ágio - Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.519	1.007	26.141	(145)	32.522
Redução de Capital Social	-	-	-	(8.288)	(8.288)
Outros Ajustes				4	4
Em 31 de dezembro de 2015	45.486	84.005	32.234	39.924	201.649
Integralizações	-	-	-	2.573	2.573
Dividendos e JCP Creditados	(2.431)	-	(4.606)	(250)	(7.287)
Amortização Ágio – Concessão	-	(1.101)	-	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.136	18.685	6.025	(950)	33.896
Redução de Capital Social	-	-	-	-	-
Outros Ajustes	-	_		(60)	(60)
Em 30 de setembro de 2016	53.191	101.589	33.653	41.237	229.670

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS em 30 de setembro de 2016 era de R\$40.375 (R\$41.476 em 31 de dezembro de 2015), sendo amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.



16. Imobilizado

a) Composição do Saldo

							Consolidado
Descrição	Terre- nos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Constru- ções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.573	411	23.594	174.856
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.932	171.717 (16.316)	1.537 70	23.594	455.807 (69.470)
Provisão para Perdas Depreciação Acumulada	(10.562) (4.283)	(37.483) (125.952)	(5.179) (14.222)	(65.828)	(1.196)	-	(211.481)
Em 31 de dezembro de 2015	5.357	25.390	30.531	89.573	411	23.594	174.856
Adições	-	-	-	-	_	891	891
Baixas	-	-	-	-	-	(267)	(267)
Depreciação	(2.740)	(15.517)	(1.393)	(8.804)	(66)	-	(28.520)
(+/-) Transferências	-	-	-	1.935	-	(1.935)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de							
Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de Provisão para Perdas (i)	35	2.346	409	2.867	5		5.662
Em 30 de setembro de 2016	2.652	12.219	29.547	85.571	350	22.283	152.622
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.932	173.652	1.537	22.283	456.431
Provisão para Perdas	10.527)	(35.137)	(4.770)	(13.449)	75	-	(63.808)
Depreciação Acumulada	(7.023)	(141.469)	(15.615)	(74.632)	(1.262)	_	(240.001)
Em 30 de setembro de 2016	2.652	12.219	29.547	85.571	350	22.283	152.622
Zim do de setembro de 2010	3%	14%	5%	8%	15%	0%	132.022

(i) No terceiro trimestre de 2016, foi revertida a provisão para perdas, das usinas Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto no valor equivalente a realização da depreciação constituída durante o mesmo período, de R\$5.562.

17. Intangível

			Controladora
	31 de		30 de
Descrição	dezembro	Amortizações	setembro
	2015		2016
Ágio Aquisição ECTE	7.457	(377)	7.080



							Consolidado
Descrição	Contratos de Concessão			Uso do Bem Público (b)			
,	(a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2015	3.055.684	1.088	7.457	2.746	70	3.775	3.070.820
Custo Total	4.144.573	2.720	14.248	6.533	70	3.775	4.171.919
Amortização Acumulada	(1.088.889)	(1.632)	(6.791)	(3.787)		-	(1.101.099)
Em 31 de dezembro de 2015	3.055.684	1.088	7.457	2.746	70	3.775	3.070.820
Adições (-) Obrigações Especiais/	317.766	-	-	148	-	267	318.181
Ultrapassagem e Excedente Reativo	(175.750)	-	-	-	-	-	(175.750)
Baixas	(26.989)	-	-	-	-	-	(26.989)
Amortizações	(148.402)	(974)	(377)	(1.622)	-	-	(151.375)
Transferência	-	3.775	-	-	-	(3.775)	-
Em 30 de setembro de 2016	3.022.309	3.889	7.080	1.272	70	267	3.034.887
Custo Total	4.259.600	6.495	14.248	6.681	70	267	4.287.361
Amortização Acumulada	(1.237.291)	(2.606)	(7.168)	(5.409)			(1.252.474)
Em 30 de setembro de 2016	3.022.309	3.889	7.080	1.272	70	267	3.034.887
Taxa Média de Amortização	5,9%	15%	2%	24%	0%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contratos de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão n° 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica n° 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras – PCH e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito.



A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobras, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. Em 30 de setembro de 2016 o respectivo saldo passivo era de R\$1.324. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 9,33% para as PCHs Caveiras e Palmeiras e de 8,90% para as demais PCHs.

Os valores mensais recolhidos até o terceiro trimestre de 2016 foram:

Centrais Geradoras	Valor das Parcelas UBP até setembro de 2016
PCH Cedros	25
PCH Salto	19
PCH Bracinho	29
UHE Palmeiras	39
PCH Pery	61
UHE Caveiras	07
PCH Celso Ramos	14

18. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Consolidado							
	Diferido Ativo		Diferido	Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de	31 de	30 de	31 de	30 de	31 de	
Descrição	setembro	dezembro	setembro	dezembro	setembro	dezembro	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Diferenças temporárias							
Provisão para Contingências	116.944	127.217	-	-	116.944	127.217	
Provisão para Perdas em Ativos	66.054	70.640	-	-	66.054	70.640	
Benefício Pós-Emprego	289.704	305.565	-	-	289.704	305.565	
Custo Atribuído	-	-	13.116	22.580	(13.116)	(22.580)	
IR e CS Diferidos sobre Prejuizo Fiscal	-	25.260	-	-	-	25.260	
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	60.925	62.514	(60.925)	(62.514)	
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	75.069	77.027	(75.069)	(77.027)	
Parcela A - CVA	230.666	2.565	52.422	153.988	178.244	(151.423)	
Ativo Fin. Bônus de Outorga	-	-	10.174	-	(10.174)	-	
Outras Provisões	-	-	1.764	1.183	(1.764)	(1.183)	
	703.368	531.247	213.470	317.292	489.898	213.955	



Consolida			
30 de	31 de		
setembro	dezembro		
2016	2015		
489.898	214.282		
-	(327)		
489.898	213.955		
	setembro 2016 489.898		

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições. Os tributos diferidos da Parcela A-CVA serão realizados à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de setembro de 2016 são:

		Consolidado
	30 de	31 de
	setembro	dezembro
Ano	2016	2015
2016	307.069	99.486
2017	76.771	66.325
2018	55.583	63.393
2019	54.910	62.786
Acima de 2019	209.035	239.257
Total	703.368	531.247

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:



		Controladora		Consolidado
	30 de	30 de	30 de	30 de
	setembro	setembro	setembro	setembro
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	(29.291)	29.060	(52.849)	33.143
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	9.959	(9.880)	17.969	(11.269)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	(4.389)	16.661	11.524	4.844
Beneficio Fiscal	-	-	(4.288)	-
Incentivo Fiscal	(4)	-	144	(87)
Juro Sobre Capital Próprio	-	(412)	-	(412)
Provisões Indedutíveis	(503)	(9)	(503)	(9)
Multas Indedutíveis	-	-	3.832	(2.940)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	(5.089)	(6.570)	(5.089)	(16.135)
Participação dos Administradores	(83)	(124)	(51)	(146)
Depreciação / Baixas VNR	-	-	(12)	-
Outras Adições (Exclusões)	109	334	30	22.071
	-	-	23.558	(4.083)
Corrente		-	(252.384)	(12.997)
Diferido			275.942	8.914
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	-44,58%	-12,32%

d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

A Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal n° 12.973 de 13 de maio de 2014 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil n° 1.515 de 24 de novembro de 2014 e n° 1.556 de 31 de março de 2015.

Na Celesc G foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária, e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Na Celesc D as diferenças positivas e negativas foram apuradas conforme o artigo 69 da Lei Federal n^{o} 12.973/14 e os seus efeitos serão realizados pelo prazo vigente de concessão.

19. Fornecedores

		Consolidado
	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro
	2016	2015
Energia Elétrica	432.022	558.302
Encargos de Uso da Rede Elétrica	41.374	36.730
Materiais e Serviços	58.762	78.901
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	14.397	58.388
	546.555	732.321



20. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

			Consolidado
	Taxa	30 de	31 de
Descrição	de Juros e	setembro	dezembro
	Comissões %	2016	2015
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	277.725	416.921
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	62.864	89.435
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	36.603	35.818
Total		377.192	542.174
Circulante		202.870	217.157
Não Circulante		174.322	325.017

a) Empréstimos Bancários

Em abril de 2014, a Celesc D captou recursos para capital de giro no valor de R\$90 milhões junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI, cuja liquidação total ocorreu em março de 2016.

Em junho de 2014 captou ainda para capital de giro o valor de R\$300 milhões junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI. Em abril de 2015, esse contrato foi repactuado com alongamento do prazo de pagamento para 38 meses, carência de 8 meses e amortização mensal após carência. Seu vencimento final está previsto para junho de 2018.

Em janeiro de 2015, houve mais uma captação de recursos para capital de giro no valor de R\$100 milhões junto ao Banco do Brasil, com encargos financeiros de 110% da taxa média CDI. O pagamento está previsto para 24 parcelas mensais e o vencimento final previsto para janeiro de 2018.

b) Eletrobras

Os recursos destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, alguns em mais parcelas, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. As garantias são os recebíveis e possuem anuência da ANEEL.

c) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos de 2011 e 2012. Entretanto, ocorreram aplicações em 2013 e ainda poderão acontecer até 2017.



O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e as amortizações estão previstas para 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Possuem anuência da ANEEL e, em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da empresa.

20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Consolidado					
Descrição	30 de setembro	31 de dezembro			
	2016	2015			
Ano 2017 - 1T - 2T	-	100.720			
Ano 2017 - 3T - 4T	50.496	100.572			
Ano 2018	86.731	90.123			
Ano 2019	16.298	15.524			
Ano 2020	8.222	7.448			
Ano 2021	5.209	4.430			
Ano 2022 +	7.366	6.200			
	174.322	325.017			

20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

			Consolidado
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2014	322.586	233.879	556.465
Ingressos		406.176	406.176
Encargos Provisionados	73.264	-	73.264
Transferências	315.038	(315.038)	-
Amortizações de Principal	(421.351)	-	(421.351)
Pagamentos de Encargos	(72.380)	-	(72.380)
Em 31 de dezembro de 2015	217.157	325.017	542.174
Ingressos		4.798	4.798
Encargos Provisionados	46.087	-	46.087
Transferências	155.493	(155.493)	-
Amortizações de Principal	(168.947)	-	(168.947)
Pagamentos de Encargos	(46.920)	-	(46.920)
Em 30 de setembro de 2016	202.870	174.322	377.192

21. Debêntures

21.1 Debêntures - Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30 mil Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros — DI, over extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 1,3%.



A amortização foi prevista em 3 parcelas anuais e consecutivas a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013. Até o momento foram efetuados pagamentos apenas de parcelas da remuneração no montante de R\$113,3 milhões.

Em reunião, no dia 12 de agosto de 2015, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos através de uma segunda emissão de Debêntures. Assim, em 10 de setembro de 2015 a Celesc D emitiu mais 3 mil Debêntures, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, no valor nominal unitário de R\$100 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 10 de setembro de 2016. Os recursos dessa emissão também foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, over extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,5%.

A amortização foi prevista em parcela única em seu vencimento, e a remuneração em parcelas mensais e consecutivas, sem carência, a partir de 10 de outubro de 2015. O contrato foi liquidado em seu vencimento e foram efetuados pagamentos de parcelas da remuneração no montante de R\$47,4 milhões.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (covenant) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado da dívida.

21.2 Debêntures - Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais).

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI — Depósitos Interfinanceiros e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 03 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária.

O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

A partir de 2016, a Companhia tem como compromisso contratual (covenant) vinculado a emissão das



debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5, nos dois primeiros semestres, e superior a 2 nos dois últimos semestres. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar no vencimento antecipado das dívidas.

a) Movimentação das Debêntures:

	Consolidado
Descrição	Total

Em 31 de dezembro de 2014	302.888
Ingressos	291.000
Atualização Monetária	56.982
Pagamentos	(53.258)
Custos na Emissão de Debêntures	3.119
Em 31 de dezembro de 2015	600.731
Ingressos	151.850
Atualização Monetária	81.492
Pagamentos	(370.690)
Custos na Emissão de Debêntures	2.369
Em 30 de setembro de 2016	465.752
Circulante	118.645
Não Circulante	347.107

22. Tributos e Contribuições Sociais

	C	Controladora				
	30 de	31 de	30 de	31 de		
Descrição	setembro	dezembro	setembro	dezembro		
	2016	2015	2016	2015		
ICMS	-	-	114.393	177.055		
PIS e COFINS	16	412	48.918	59.106		
IRPJ e CSLL	-	-	254.054	23.738		
Outros	73	99	5.243	9.801		
Circulante	89	511	422.608	269.700		

23. Taxas Regulamentares

		Consolidado
	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro
	2016	2015
Programa de Eficiência Energética – PEE	185.941	162.633
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	78.353	72.952
Encargo Conta Bandeira Tarifária (i)	-	34.289
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	76.341	69.606
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (ii)	1.972.283	1.324.463
Uso do Bem Público	1.324	2.786
Outros	1.154	5.546
Total	2.315.396	1.672.275
Circulante	2.104.024	1.415.572
Não Circulante	211.372	256.703



- (i) A ANEEL, por meio do Ofício Circular/SFF nº 1.857 de 07 de abril de 2015, orientou as Distribuidoras de Energia a reconhecer a Receita com Bandeira Tarifária referentes ao fornecimento não faturado em Deduções da Receita Bruta em contrapartida de outros encargos (Passivo). E simultaneamente reconhecer o mesmo valor em Contas a Receber (Ativo) em contrapartida a Receita Bruta.
- (ii) A Celesc D interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável. Referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de CDE devidas à Celesc D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE definidas por essa agência reguladora.

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.077, de 07 de junho de 2016, homologou as cotas de CDE – Uso no valor mensal de R\$54.545 e as cotas de CDE – Energia no valor mensal de R\$21.159, para os meses de junho a dezembro de 2016.

Os valores mensais, referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras a Celesc D. O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa (Nota 10).

24. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Regulatórias

Ambientais

Na data das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Depósitos .	Judiciais	Provisões para Riscos		
	30 de	31 de	30 de	31 de	
	setembro	dezembro	setembro	dezembro	
	2016	2015	2016	2015	
Contingências:			<u> </u>	_	
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263	
Trabalhistas	1.410	1.063	-	-	
Cíveis	5.447	5.450	51	-	
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174	
	17.193	16.849	6.488	6.437	
				Consolidado	
Descrição	Depósitos	Judiciais	Provisões p	ara Riscos	
	30 de	31 de	30 de	31 de	
	setembro	dezembro	setembro	dezembro	
	2016	2015	2016	2015	
	2010	2015	2010	2015	
Contingências:	2010	2015	2010	2015	
Contingências: Tributária	3.782	3.782	22.341	22.324	

49.248

160.873

37.485

23.048

287.985

49.248

164.656

Controladora

51.518

24.273



As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

		Controladora		Consolidado
Descrição	Depósitos Provisões para		Depósitos	Provisões para
Descrição	Judiciais	Riscos	Judiciais	Riscos
Em 31 de dezembro de 2015	16.849	6.437	160.873	301.827
Adições	381	51	57.414	30.275
Baixas	(37)	-	(53.631)	(44.117)
Em 30 de setembro de 2016	17.193	6.488	164.656	287.985

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS), administrativas e judiciais.

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

c) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-federal), concurso público, dentre outras.



d) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

Nos meses de agosto e setembro houve reversões de provisões regulatórias, relacionadas a autos de infração da ANEEL, no montante de R\$14.272.

e) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

f) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível		Consolidado
	30 de	31 de
Descrição	setembro	dezembro
	2016	2015
Tributárias (i)	2.726	2.253
Trabalhistas (ii)	15.134	13.408
Cíveis (iii)	88.509	51.366
Regulatórias (iv)	33.695	32.701
Ambientais (v)	21.738	16.292
	161.802	116.020

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.



iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas as autuações pelo descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

25. Passivo Atuarial

	Consolidado			
Obrigações Registradas	30 de setembro 2016	31 de dezembro 2015		
Planos Previdenciários	786.617	789.350		
Plano Misto/Transitório (a)	786.617	789.350		
Outros Benefícios a Empregados	571.756	619.865		
Plano Celos Saúde (b)	458.046	464.289		
Programa de Demissão Voluntária - PDV 2012 (c)	67.285	108.841		
Outros Benefícios (d)	46.425	46.735		
Total	1.358.373	1.409.215		
Circulante Não Circulante	161.146 1.197.227	173.205 1.236.010		

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos



empregados com características de contribuição variável, denominado "Plano Misto", contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado "Plano Transitório" continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$508 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou em 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária - PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 30 de setembro de 2016 a Celesc D havia quitado o débito com 394 beneficiários.

d) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e beneficio mínimo ao aposentado.



25.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

						Cons	solidado
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2014	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.066
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	3.671	-	(27.729)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	165.691	73.434	35.906	-	12.938	1.003	3.067
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	-	(74.233)	(318)	(4.292)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	9.375	8.517	28.661	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	36.599	20.090	187.335		19.075	6.410	9.441
Em 31 de dezembro de 2015	1.654.146	730.019	508.505	-	108.841	16.444	38.282

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Consolidado							
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio			
Em 31 de dezembro de 2014	1.262.568	301.723	38.102	7.971			
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	(318)			
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	9.376	8.517	28.661	-			
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	37.598	35.032	42.691	-			
Juros sobre Ativo	133.899	30.854	3.432	871			
Ganho/Perda sobre os Ativos	(14.860)	(8.463)	1.788	(499)			
Em 31 de dezembro de 2015	1.306.406	288.409	44.217	8.025			

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

						Consolidado
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2014	298.415	405.509	316.687	151.061	1.378	30.091
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.654.146	730.019	508.506	108.841	16.444	38.316
Benefícios Concedidos	1.416.798	730.019	478.812	108.841	4.750	36.122
Benefícios a Conceder	237.348	-	29.694	-	11.694	2.194
Valor justo dos ativos	(1.306.406)	(288.409)	(44.217)		(8.025)	
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2015	347.740	441.610	464.289	108.841	8.419	38.316



d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

		Consolidado
	30 de	30 de
Descrição	setembro	setembro
	2016	2015
Plano Transitório	35.248	31.935
Plano Misto	30.018	26.597
PDVI 2012	7.432	9.704
Plano Médico	24.889	8.708
Outros	3.837	2.399
	101.424	79.343

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram as seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2015
Taxa de Desconto (i)	13,20%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	13,20%
Taxa de Crescimento Salarial (ii)	8,59%
Taxa de Inflação Futura	5,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (iii)	3,75%
Taxa real de Crescimento dos Custos Médicos por faixa etária (aging factor)	2,50%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,50%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,00%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,00%

- (i) A taxa de desconto sugerida baseia-se na média em títulos disponíveis no mercado brasileiro (títulos do governo de longo prazo NTN-B), em 31 de dezembro 2015, observada a duração dos planos pós empregos oferecidos pela Celesc (7,30% a.a. em termos reais).
- (ii) Hipótese não aplicável ao Plano Transitório, por não haver mais participantes ativos e fechados a novas adesões.
- (iii) Decrescente em 0,5% a.a. até o exercício de 2024. Taxa substitui a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos.

f) Hipóteses Biométricas

	31 de
Descrição	dezembro
	2015
Mortalidade Geral	AT-2000
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média



g) Despesa Total Estimada para o Exercício de 2016

A estimativa de toda a despesa para o exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2016
Plano Transitório	46.997
Plano Misto	40.024
Plano Pecúlio PDV 2012	1.071 9.909
Plano Médico	33.185
Outros Benefícios	4.045
	135.231

h) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Outros Benefícios	Total
Em 31 dezembro de 2015	789.350	464.289	108.841	46.735	1.409.215
Pagamento	(67.999)	(31.132)	(48.988)	(4.147)	(152.266)
Provisão	65.266	24.889	7.432	3.837	101.424
Em 30 de setembro de 2016	786.617	458.046	67.285	46.425	1.358.373

26. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

			Base Acionária em 30 de setembro de 201				
Acionista	Ações Ordin	árias	Ações Prefero	enciais	Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20	
Angra Partners Volt Fundo Investimento Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46	
Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07	
Geração L. Par Fundo de Investimentos	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89	
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75	
Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53	
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04	
Outros	992.952	6,39	11.755.382	51,01	12.748.334	33,06	
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100	



b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante negativo de R\$262.117 em 30 de setembro de 2016 e no montante negativo de R\$243.745 em 31 de dezembro de 2015, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	30 de setembro 2016	31 de dezembro 2015
Deemed Cost - Celesc G	25.460	43.832
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(287.577)	(287.577)
	(262.117)	(243.745)

c) Lucro/Prejuízo Diluído por Ação

O cálculo do lucro/prejuízo por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2016 e de 2015 foi baseado no lucro/prejuízo do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de setembro de 2016 e de 2015, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre 31 de dezembro de 2015 e data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 30 de setembro de 2016 e de 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro/prejuízo por ação.

c.1) Composição do Lucro/Prejuízo Básico e Diluído

	Consolidae		
	30 de	30 de	
	setembro	setembro	
	2016	2015	
Média ponderada de ações (milhares):			
Ações ordinárias nominativas - ON	15.527	15.527	
Ações preferenciais nominativas - PN	23.044	23.044	
Lucro/prejuízo básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):			
Ações ordinárias nominativas - ON	(0,7166)	0,7109	
Ações preferenciais nominativas - PN	(0,7882)	0,7820	
Lucro básico/prejuízo e diluído atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):			
Ações ordinárias nominativas - ON	(11.127)	11.039	
Ações preferenciais nominativas - PN	(18.164)	18.022	
	(29.291)	29.061	

27. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de setembro de 2016, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:



				Consolidado
Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Segurado(i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 a 21.12.2016	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2016 à 14.05.2017	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272
(i) Informaçõe	es não revisadas			

28. Informações por Segmento de Negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos de 30 de setembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

					30 de setembro de 2016
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	4.324.869	91.357	(1.955)	4.414.271
Custo das Vendas		(4.073.384)	(43.924)	1.955	(4.115.353)
Resultado Operacional Bruto		251.485	47.433		298.918
Despesas com Vendas	-	(162.187)	(621)	-	(162.808)
Despesas Gerais e Administrativas	(17.672)	(212.251)	(9.734)	-	(239.657)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.529)	46.301	(25)	-	44.747
Resultado de Equivalência Patrimonial	(12.909)		(950)	47.754	33.895
Resultado das Atividades	(32.110)	(76.652)	36.103	47.754	(24.905)
Receitas Financeiras	2.857	287.444	8.298	(751)	297.848
Despesas Financeiras	(38)	(304.451)	(22.054)	751	(325.792)
Resultado Financeiro, líquido	2.819	(17.007)	(13.756)		(27.944)
Lucro/Prejuízo antes IRPJ e CSLL	(29.291)	(93.659)	22.347	47.754	(52.849)
IRPJ e CSLL	-	32.032	(8.474)	-	23.558
Lucro/Prejuízo do Período	(29.291)	(61.627)	13.873	47.754	(29.291)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.217.922	7.604.508	562.531		
Total dos Passivos	28.692	6.168.948	178.088		



Descrição	Controladora	Celesc D (Reapresentado)	Celesc G (Reapresentado)	Ajustes de Consolidação	30 de setembro de 2015 Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida - ROL	-	4.960.962	98.012	(1.670)	5.057.304
Custo das Vendas		(4.723.986)	(46.437)	1.670	(4.768.753)
Resultado Operacional Bruto		236.976	51.575		288.551
Despesas com Vendas	-	(133.877)	(543)	-	(134.420)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.165)	(174.629)	(7.040)	-	(204.834)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.453	62.794	(400)	-	63.847
Resultado de Equivalência Patrimonial	49.004		(851)	(33.906)	14.247
Resultado das Atividades	27.292	(8.736)	42.741	(33.906)	27.391
Receitas Financeiras	3.276	258.082	13.632	(7.489)	267.501
Despesas Financeiras	(1.508)	(266.911)	(819)	7.489	(261.749)
Resultado Financeiro, Líquido	1.768	(8.829)	12.813		5.752
Lucro/Prejuízo antes IRPJ e CSLL	29.060	(17.565)	55.554	(33.906)	33.143
IRPJ e CSLL		7.150	(11.233)		(4.083)
Lucro/Prejuízo do Período	29.060	(10.415)	44.321	(33.906)	29,060
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.430.624	6.729.636	435.295		
Total dos Passivos	82.358	5.106.909	44.466		

28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de setembro 2016	30 de setembro 2015 Reapresentado
Receita Operacional Bruta – ROB		110mp1 cocminuo
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.747.593	6.853.223
Suprimento de Energia Elétrica (a)	155.058	193.282
Disponibilização da Rede Elétrica	423.699	346.536
Atualização/juros Retorno Bonificação de Outorga	35.161	-
Renda de Prestação de Serviços	1.583	1.006
Energia Elétrica de Curto Prazo	439.888	321.831
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(791.574)	50.898
Outras Receitas Operacionais	8.967	7.132
Doações e Subvenções (i)	452.413	387.581
Receita de Construção	283.097	284.972
	7.755.885	8.446.461
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.552.005)	(1.553.420)
PIS	(120.064)	(134.035)
COFINS	(552,020)	
	(553.020)	(617.376)
Reserva Global de Reversão – RGR	(302)	(617.376) (591)
Reserva Global de Reversão – RGR Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	` /	
	(302)	(591)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(302) (943.473)	(591) (999.732)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(302) (943.473) (20.401)	(591) (999.732) (20.950)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Pesquisa e Desenvolvimento – P&D Programa Eficiência Energética – PEE	(302) (943.473) (20.401) (20.209)	(591) (999.732) (20.950) (20.741)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Pesquisa e Desenvolvimento – P&D Programa Eficiência Energética – PEE Taxa de Fiscalização – ANEEL	(302) (943.473) (20.401) (20.209) (4.858)	(591) (999.732) (20.950) (20.741) (5.885)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Pesquisa e Desenvolvimento – P&D Programa Eficiência Energética – PEE Taxa de Fiscalização – ANEEL Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(302) (943.473) (20.401) (20.209) (4.858) (1.038)	(591) (999.732) (20.950) (20.741) (5.885) (835)



(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE no primeiro semestre de 2016 foi de R\$435.551. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$16.862.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita	Bruta
	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de
Descrição	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Residencial	2.199.022	2.139.780	4.144.274	3.973.702	2.495.740	2.328.017
Industrial	102.147	101.910	7.166.466	3.458.355	1.721.215	2.069.338
Comercial	253.590	247.587	2.923.429	2.716.037	1.665.202	1.655.523
Rural	234.419	233.935	1.006.160	978.612	371.990	330.214
Poder Público	22.178	21.741	322.951	311.533	198.008	182.839
Iluminação Pública	670	593	452.949	435.226	164.202	165.019
Serviço Público	3.160	2.910	255.316	243.301	131.236	122.273
Total do Fornecimento	2.815.186	2.748.456	16.271.545	12.116.766	6.747.593	6.853.223
Suprimento de Energia	104	83	1.604.462	1.350.410	155.058	193.282
Atualização/juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	35.161	-
Total	2.815.290	2.748.505	17.876.007	13.467.176	6.937.812	7.046.505
	2.013.290	4.740.303	17.070.007	13.407.170	0.937.012	7.040.303

⁽i) Informações não revisadas

28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

30 de setembro de 2016						
	Custos de	Despesas	Despesas	Outras		
Descrição	Bens e/ou	Gerais e	com	Despesas/	Total	
	Serviços	Administrativas	Vendas	Receitas líquidas		
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.353.338	-	-	-	3.353.338	
Pessoal (b)	238.957	98.785	40.591	7.491	385.824	
Administradores	-	4.574	-	-	4.574	
Despesa Atuarial	-	47.616	-	-	47.616	
Entidade de Previdência Privada (b)	12.861	4.673	1.944	-	19.478	
Material	10.306	3.720	-	-	14.026	
Custo de Construção	283.097	-	-	-	283.097	
Custos e Serviços de Terceiros	51.986	47.586	40.862	436	140.870	
Depreciação e Amortização	155.737	23.781	-	1.478	180.996	
Provisões Líquidas	(5.662)	-	47.200	(13.842)	27.696	
Arrendamentos e Aluguéis	1.352	8.662	370	(37.630)	(27.246)	
Outros Custos e Despesas	13.381	260	31.841	(2.680)	42.802	
-	4.115.353	239.657	162.808	(44.747)	4.473.071	



				30 (de setembro de 2015
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas (Reapresentado)	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas (Reapresentado)	Total (Reapresentado)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	4.020.228	-	-	-	4.020.228
Pessoal (b)	233.962	95.226	39.257	12.184	380.629
Administradores	-	5.436	-	-	5.436
Despesa Atuarial	-	19.238	-	-	19.238
Entidade de Previdência Privada (b)	12.172	4.874	1.804	-	18.850
Material	9.501	4.140	1	-	13.642
Custo de Construção	284.972		-	-	284.972
Custos e Serviços de Terceiros	49.896	45.370	42.186	326	137.778
Depreciação e Amortização	156.329	16.250	-	-	172.579
Provisões Líquidas	(9.196)	-	(30.706)	1.934	(37.968)
Arrendamentos e Aluguéis	1.144		-	(69.050)	(67.906)
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-
Outros Custos e Despesas	9.745	14.300	81.878	(9.241)	96.682
	4.768.753	204.834	134.420	(63.847)	5.044.160



a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

				Consolidado
Descrição	30 de setembro 2016	GWh (i)	30 de setembro 2015	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	11.636	50	10.687	50
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	16.830	207
Brentech Energia S.A.	-	-	19.078	37
BTG Pactual Comercializadora	-	-	44.231	127
Candeias Energia S.A.	-	-	9.087	24
Cemig Geração e Transmissão S.A.	128.794	641	115.279	545
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	564.821	3.138	742.730	3.023
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	- 	-	9.363	77
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	5.623	28	11.695	28
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	34.982	208	190.831	207
Centrais Elétricas Norte do Brasil	22.105	210	10.621	75
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	32.105	210	24.233	285
Companhia Energética de Petrolina – CEP	22.524	150	92.386	150
Companhia Energética de São Paulo – CESP	84.720	678	94.608	679
Companhia Energética Estreito	27.320	147	25.327	147
Companhia Energética Potiguar	16.976	100	88.953	100
Companhia Hidrelétrica São Francisco	16.866	607	-	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	10.886	152	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A.	81.964	541	94.177	682
Eletrobras Termonuclear S.A.	96.916	529	83.311	541
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	6.890	37	6.388	38
Empresa Energética Porto das Pedras	7.192	37	6.677	38
Energest S/A	5.355	30	6.271	41
Energética Suape II S.A.	35.793	153	47.995	152
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	6.552	102	9.886	102
Foz do Chapecó Energia S.A.	28.701	148	26.646	149
Furnas Centrais Elétricas S.A.	159.256	1.262	166.671	1.180
Geradora de Energia do Norte S.A.	-	-	10.125	27
Lages Bioenergética Ltda.	36.313	145	33.616	144
Linhares Geração S.A.	8.248	25	8.572	25
Norte Energia S.A.	13.788	157		
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	221.875	1.367	384.458	1.362
Porto do Pecem Geração de Energia	66.425	354	63.452	353
Pie – RP Termoeletrica S.A	-	-	13.276	38
Rio PCHI S.A.	7.563	39	6.948	39
Rio Paraná Energia S.A	34.509	90	-	-
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	7.152	37	6.580	37
Santo Antônio Energia S.A	103.100	897	91.225	802
Santa Fé Energia S.A.	5.481	28		
Serra do Fação Energia S.A.	13.433	69	12.583	70
SJC Bioenergia Ltda	6.384	27		
Tractebel Energia S.A.	313.010	1.794	322.758	2.049
Tradner Ltda	-	_	14.487	41
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	-	-	22.377	25
Usina Xavantes S.A - Aruanã	-	-	45.300	28
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	34.824	182	32.212	181
Conta Bandeira Tarifária	-	-	60.622	-
Outros	132.926		136.688	838
	2.390.903	14.159	3.219.240	14.743
Energia Elétrica Comprada para Revenda - CP	501.146	(951)	349.000	-
Encargo de Uso da Rede Elétrica	338.032	-	361.305	-
Proinfa	123.257	297	90.683	308
	962.435	(654)	800.988	308
	3.353.338	13.505	4.020.228	15.051



b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

	C		Consolidado	
Descrição	30 de setembro 2016	30 de setembro 2015	30 de setembro 2016	30 de setembro 2015
Pessoal				
Remunerações	9.586	14.169	209.545	200.932
Encargos Sociais	184	186	78.128	73.612
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	11.871	19.164
Benefícios Assistenciais	-	-	26.714	25.850
Provisões e Indenizações	40	64	59.424	60.800
Outros	129	209	144	271
Entidade de Previdência Privada	2	_	19.476	18.850
	9.941	14.628	405.302	399.479

28.3. Resultado Financeiro

	C	ontroladora	coladora Consolidad		
Descrição	30 de	30 de	30 de	30 de	
Descrição	setembro	setembro	setembro	setembro	
	2016	2015	2016	2015	
				Reapresentado	
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicações Financeiras	1.842	2.374	99.126	34.845	
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	69.702	53.570	
Variações Monetárias	-	-	28.897	14.099	
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	72.212	47.638	
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	13.050	
Deságio Fornecedor	-	-	193	45	
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	27.576	7.932	
Renda de Dividendos	372	982	372	982	
Juros sobre Capital Próprio	-	1.212	-	1.212	
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	-	(1.212)	-	(1.212)	
Receita Financeira de VNR	-	-	7.165	93.523	
Outras Receitas Financeiras	764	96	7.149	4.894	
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(121)	(176)	(14.544)	(3.077)	
	2.857	3.276	297.848	267.501	
Despesas Financeiras					
Encargos de Dívidas	-	-	(45.099)	(54.256)	
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(53.808)	(60.105)	
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	-	-	(1.704)	(8.895)	
Custo na Emissão de Debêntures	-	-	-	(766)	
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(13.642)	(65.739)	
Variações Monetárias	-	-	(2.034)	(1.649)	
Amortização do Ágio	-	(1.478)	-	(1.478)	
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(23.517)	(19.723)	
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(90.674)	(198)	
Despesa Financeira - VNR	-	-	-	(9.247)	
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(83.860)	(34.038)	
Atualização Bonificação de Outorga	-	-	(5.383)	. ,	
Outras Despesas Financeiras	(38)	(30)	(6.071)	(5.655)	
•	(38)	(1.508)	(325.792)	(261.749)	
Resultado Financeiro	2.819	1.768	(4.427)	5.752	



29. Informações Complementares da Celesc D

29.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de setembro 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	3.836.052	3.361.980
Caixa e Equivalentes de Caixa	945.560	734.239
Contas a Receber de Clientes	1.326.446	1.437.865
Estoques	8.592	7.838
Tributos a Recuperar	283.726	155.802
Ativo Financeiro Parcela A	-	248.458
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.097.787	662.236
Outros Créditos	173.941	115.542
Não Circulante	4.025.409	3.840.364
Ativo Indenizatório (Concessão)	312.347	196.520
Contas a Receber de Clientes	19.786	15.918
Tributos Diferidos	496.122	214.282
Tributos a Recuperar	25.140	15.029
Depósitos Judiciais	147.314	143.911
Ativo Financeiro - Parcela A	-	196.901
Outros Créditos	2.391	2.119
Intangível	3.022.309	3.055.684
Total do Ativo	7.861.461	7.202.344

Passivo	30 de setembro	31 de dezembro
2 435210	2016	2015
Circulante	4.079.294	3.289.482
Fornecedores	537.633	723.456
Empréstimos e Financiamentos	202.870	217.157
Debêntures	116.865	301.598
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	156.074	130.423
Tributos e Contribuições Sociais	419.193	240.907
Dividendos Propostos	11.592	19.320
Taxas Regulamentares	2.102.683	1.413.205
Previdência Privada	10.400	18.343
Passivo Atuarial	161.113	173.171
Passivo Financeiro - Parcela A	307.612	-
Outros Passivos	53.259	51.902
Não Circulante	2.346.607	2.411.811
Empréstimos e Financiamentos	174.322	325.017
Debêntures	199.407	299.133
Taxas Regulamentares	209.732	254.714
Mútuos -Coligadas, Controladas ou Controladoras	38.752	
Passivo Atuarial	1.197.227	1.236.010
Provisão para Contingências	280.578	294.462
Passivo Financeiro - Parcela A	244.114	-
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.435.560	1.501.051
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	731.174	735.038
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(287.577)	(287.577)
Prejuízos Acumulados	(61.627)	
Total do Passivo	7.861.461	7.202.344



(i) A ANEEL por meio do Despacho n° 1.325 de 19 de maio de 2016, anuiu a minuta do Contrato de Mútuo entre a Celesc D e a Celesc G, com prazo de vigência de até 24 meses no montante de R\$110.000. Em reunião ordinária realizada em 18 de dezembro de 2015 o Conselho de Administração aprovou o Contrato de Mútuo e o repasse de recursos da Celesc G à Celesc D.

O contrato entre as partes foi assinado em 16 de agosto de 2016, com vigência de 2 anos a partir da data de assinatura. Os encargos financeiros a serem acrescidos serão o IOF e taxa de juros remuneratórios de 125% do DI. Conforme estabelecido em cláusula contratual a mutuante poderá disponibilizar aportes financeiros, na forma de crédito rotativo, até o limite de R\$110.000. Em 17 de agosto aconteceu o repasse do Mútuo no valor de R\$38.000.

29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de setembro 2016	30 de setembro 2015 Reapresentado
Receita Operacional Líquida – ROL	4.324.869	4.960.962
Receita de Serviço de Energia Elétrica	4.041.772	4.675.990
Receita de Construção	283.097	284.972
Custos Operacionais	(4.073.384)	(4.723.986)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(3.790.287)	(4.439.014)
Custo de Construção	(283.097)	(284.972)
Resultado Operacional Bruto	251.485	236.976
Despesas Operacionais	(328.137)	(245.712)
Despesas com Vendas	(162.187)	(133.877)
Despesas Gerais e Administrativas	(212.251)	(174.629)
Outras Despesas Operacionais	46.301	62.794
Resultado das Atividades	(76.652)	(8.736)
Resultado Financeiro	(17.007)	(8.829)
Receitas Financeiras	287.444	258.082
Despesas Financeiras	(304.451)	(266.911)
Lucro/Prejuízo Antes do IRPJ e da CSLL	(93.659)	(17.565)
IRPJ e CSLL	32.032	7.150
Diferido	(249.807)	
Corrente	281.839	7.150
Lucro/Prejuízo do Período	(61.627)	(10.415)



29.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2016	30 de setembro 2015
Receita Operacional Bruta – ROB	7.658.723	8.340.971
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.716.127	6.801.930
Suprimento de Energia Elétrica (a)	122.723	137.415
Ativos e Passivos Financeiros	(791.574)	50.898
Disponibilização da Rede Elétrica	425.499	348.206
Energia de Curto Prazo	439.888	321.831
Doações e Subvenções	452.413	387.581
Receita de Construção	283.097	284.972
Outras Receitas Operacionais	10.550	8.138
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.333.854)	(3.380.009)
ICMS	(1.552.005)	(1.553.420)
PIS	(118.991)	(132.785)
COFINS	(548.079)	(611.615)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(943.473)	(999.732)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(20.209)	(20.741)
Programa Eficiência Energética – PEE	(20.209)	(20.741)
Taxa de Fiscalização	(4.644)	(5.383)
Outros Encargos	(126.244)	(35.592)
Receita Operacional Líquida – ROL	4.324.869	4.960.962

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

	Número de Con	sumidores (i)	MWh	ı (i)	Receita	Bruta
	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de
Descrição	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Residencial	2.199.022	2.139.780	4.144.274	3.973.702	2.495.740	2.328.017
Industrial	102.128	101.891	6.980.176	3.247.374	1.689.749	2.018.045
Comercial	253.590	247.587	2.923.429	2.716.037	1.665.202	1.655.523
Rural	234.419	233.935	1.006.160	978.612	371.990	330.214
Poder Público	22.178	21.741	322.951	311.533	198.008	182.839
Iluminação Pública	670	593	452.949	435.226	164.202	165.019
Serviço Público	3.160	2.910	255.316	243.301	131.236	122.273
Total do Fornecimento	2.815.167	2.748.437	16.085.255	11.905.785	6.716.127	6.801.930
Suprimento de Energia	48	46	1.303.991	1.133.563	122.723	137.415
Total Geral	2.815.215	2.748.483	17.389.246	13.039.348	6.838.850	6.939.345

⁽i) Informações não revisadas



29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas: 30 de setembro de 2016

Descrição	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	3.341.976	-	-	-	3.341.976
Pessoal	234.874	82.734	40.390	7.491	365.489
Despesa Atuarial	-	47.616	-	-	47.616
Entidade de Previdência Privada	12.861	4.671	1.944	-	19.476
Material	10.224	3.526	1	-	13.751
Custo de Construção	283.097	-	-	-	283.097
Custo e Serviços de Terceiros	48.627	44.179	40.490	436	133.732
Depreciação e Amortização	125.700	22.702	-	-	148.402
Provisões Líquidas	-	-	47.200	(13.884)	33.316
Outros Custos de Despesas	16.025	6.823	32.162	(40.344)	14.666
	4.073.384	212.251	162.187	(46.301)	4.401.521

30 de setembro de 2015 Reapresentado

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	4.013.220	-	-	-	4.013.220
Pessoal	229.653	76.043	39.040	12.184	356.920
Despesa Atuarial	-	19.238	-	-	19.238
Entidade de Previdência Privada	12.172	4.874	1.804	-	18.850
Material	9.331	3.798	1	-	13.130
Custo de Construção	284.972	-	-	-	284.972
Custo e Serviços de Terceiros	46.918	41.823	41.903	326	130.970
Depreciação e Amortização	114.547	15.707	-	-	130.254
Provisões Líquidas	-	-	(30.706)	3.327	(27.379)
Outros Custos de Despesas	13.173	13.146	81.835	(78.631)	29.523
	4.723.986	174.629	133.877	(62.794)	4.969.698



30. Informações Complementares da Celesc G

30.1. Balanço Patrimonial

Ativo		30 de setembro 2016	31 de dezembro 2015
Circulante		92.321	200.859
Caixa	e Equivalentes de Caixa	16.453	162.573
Conta	s a Receber de Clientes	44.192	37.220
Estoqı	ies	172	198
Tribut	os a Recuperar	3.234	466
	Financeiro	27.849	-
Outras	contas a receber	421	402
Não Circulante		470.210	223.211
Tribut	os a Recuperar	233	202
Depós	itos Judiciais	149	113
Partes	Relacionadas	39.239	488
Ativo	Financeiro	231.279	-
Investimentos		41.237	39.924
Imobilizado		152.575	174.805
Intangível		5.498	7.679
Total do Ativo		562.531	424.070

	30 de	31 de
Passivo	setembro	dezembro
	2016	2015
Circulante	21.605	48.657
Fornecedores	8.963	9.023
Debêntures	1.780	-
Tributos e Contribuições Sociais	3.326	28.282
Dividendos Propostos	4.796	7.993
Taxas Regulamentares	1.341	2.367
Outros Passivos	1.399	992
Não Circulante	156.483	3.244
Debêntures	147.700	
Tributos Diferidos	6.224	327
Provisão para Contingências	919	928
Taxas Regulamentares	1.640	1.989
Patrimônio Líquido	384.443	372.169
Capital Social Realizado	250.000	145.532
Reservas de Lucro	76.738	182.805
Ajuste de Avaliação Patrimonial	25.460	43.832
Lucro Acumulado	32.245	-
Total do Passivo	562.531	424.070



30.2. Demonstração de Resultados

	30 de	30 de
Descrição	setembro	setembro
	2016	2015
Deseits On one signal Lifewide DOI	01 257	Reapresentado
Receita Operacional Líquida – ROL	91.357	98.012
Receita	91.357	98.012
Custos Operacionais	(43.924)	(46.437)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(43.924)	(46.437)
Resultado Operacional Bruto	47.433	51.575
Despesas Operacionais	(11.330)	(8.834)
Despesas com Vendas	(621)	(543)
Despesas Gerais e Administrativas	(9.734)	(7.040)
Provisões, Líquidas	9	(60)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(950)	(851)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(34)	(340)
Resultado das Atividades	36.103	42.741
Resultado Financeiro	(13.756)	12.813
Receitas Financeiras	8.298	13.632
Despesas Financeiras	(22.054)	(819)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	22.347	55.554
IRPJ e CSLL	(8.474)	(11.233)
Corrente	(2.577)	(12.997)
Diferido	(5.897)	1.764
Lucro do Período	13.873	44.321

30.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro	30 de setembro
	2016	2015 Reapresentado
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	31.466	51.293
Suprimento de Energia Elétrica (a)	23.267	15.406
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	9.223	40.461
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	35.161	-
	99.117	107.160
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(1.073)	(1.250)
COFINS	(4.941)	(5.761)
Reserva Global de Reversão – RGR	(302)	(591)
Taxa Fiscalização ANEEL – TFSEE	(214)	(502)
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	(192)	(209)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(1.038)	(835)
	(7.760)	(9.148)
Receita Operacional Líquida – ROL	91.357	98.012



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Número de Co	nsumidores (i)	MV	Vh (i)	Receit	a Bruta
	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de
Descrição	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	19	19	186.290	210.981	31.466	51.293
Suprimento de Energia	56	39	292.464	59.298	23.267	15.406
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	8.007	157.549	9.223	40.461
Total do Fornecimento	75	58	486.761	427.828	63.956	107.160
Atualização/juros Retorno Bonificação de Outorga					35.161	
Total	75	58	486.761	427.828	99.117	107.160

⁽i) Informações não revisadas.

30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

30 d	e setembro	do 2016
.5U (I	e setembro	ide zuro

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.517)	=			(11.517)
Pessoal	(4.083)	(6.112)	(201)	-	(10.396)
Material	(82)	(194)	-	-	(276)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.800)	-	-	-	(1.800)
Custos e Serviços de Terceiros	(3.359)	(1.469)	(371)	-	(5.199)
Depreciação e Amortização	(30.037)	(1.075)	-	-	(31.112)
Seguros	-	(130)	-	-	(130)
Provisões Líquidas	5.662	-	-	9	5.671
Tributos	728	(127)	(49)	-	552
Aluguéis	-	(231)	-	-	(231)
Outros Custos e Despesas	564	(396)	-	(34)	134
-	(43.924)	(9.734)	(621)	(25)	(54.304)

30 de setembro de 2015 Reapresentado

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.008)				(7.008)
Pessoal	(4.309)	(4.555)	(217)	-	(9.081)
Material	(170)	(342)	-	-	(512)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.670)		-	-	(1.670)
Custos e Serviços de Terceiros	(2.978)	(1.188)	(283)	-	(4.449)
Depreciação e Amortização	(41.782)	(539)	-	-	(42.321)
Seguros	-	(103)	-	-	(103)
Provisões Líquidas	9.196	-	-	(60)	9.136
Tributos	1.966	(77)	(43)	-	1.846
Aluguéis	-	(173)	-	-	(173)
(-) Recuperação de despesas	318	-	-		318
Outros Custos e Despesas	-	(63)	-	(340)	(403)
	(46.437)	(7.040)	(543)	(400)	(54.420)



31. Evento Subsequente

31.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O Conselho de Administração, em reunião do realizada no dia 28 de outubro de 2016, aprovou o orçamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI, proposto aos empregados da subsidiária integral Celesc D. O valor aprovado contempla exclusivamente os empregados do grupo 1 - Cargos do Quadro Especial.

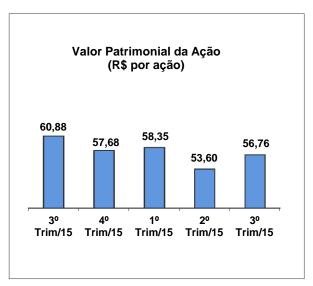
O plano faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais e otimização dos processos, estabelecendo um equilíbrio da força de trabalho da Celesc D e sua estrutura organizativa, com a aplicação contínua das medidas de eficiência operacional para atendimento aos condicionantes de qualidade do serviço e sustentabilidade da gestão econômico-financeira para o período 2017-2020, previstas no seu contrato de concessão.

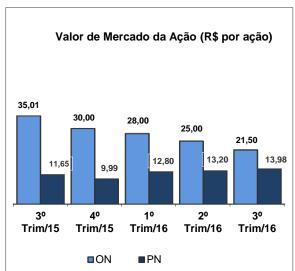
Foram homologadas 61 inscrições e o custo será reconhecido no resultado do 4T16. Os desligamentos ocorrerão em dezembro de 2016 e o prazo médio de pagamento será de 29 meses.



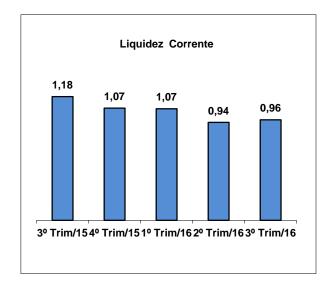
1. Indicadores Financeiros Trimestrais

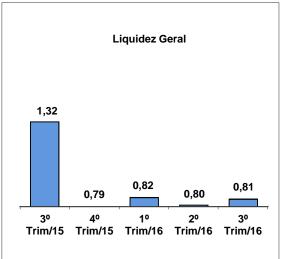
1.1. Patrimoniais





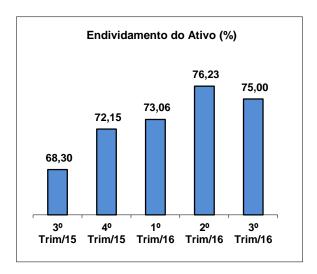
1.2. Liquidez

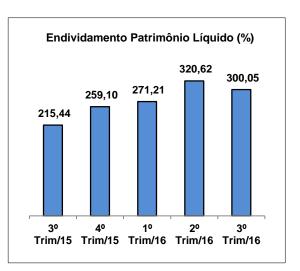




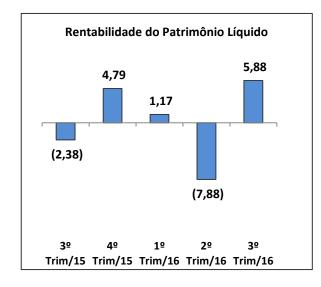


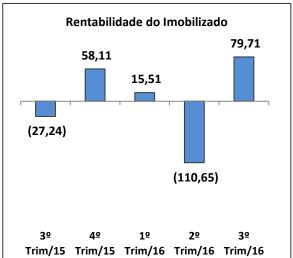
1.3. Endividamento





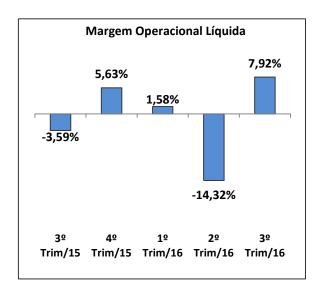
1.4. Rentabilidade

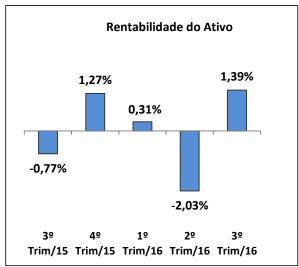




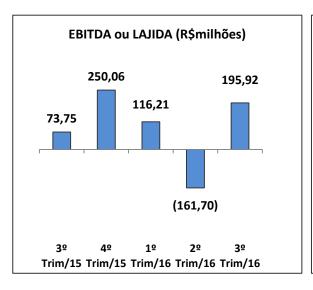
PÁGINA: 100 de 105

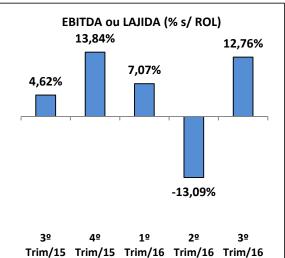




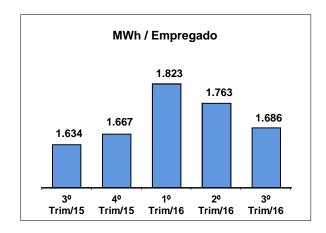


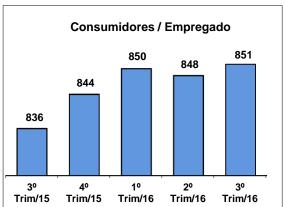
5. EBITDA ou LAJIDA



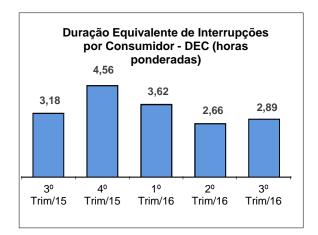


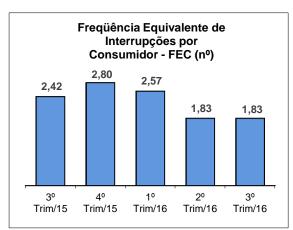
1.6. Eficiência

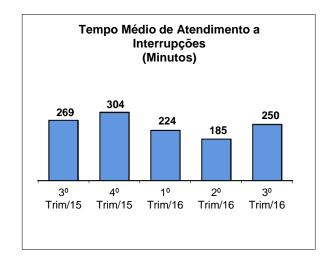


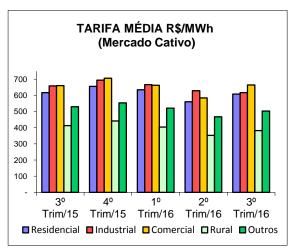












Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e para o período de nove meses findo naquela data apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2015

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1, em decorrência da reclassificação descrita na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes às demonstrações do resultado para o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de nove meses findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 07 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ricardo Schenk Duque

Auditores Independentes Contador

CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC CRC n.º 1 RS-060.571/O-0

PÁGINA: 103 de 105

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da 0	Companhia declaram	que examinaram,	revisaram e concorda	m com todas as	informações contidas nas
Demonstrações I	Financeiras referente	s às Informações	Trimestrais da Celesc	(individual e cor	solidada).

Cleverson Siewert Diretor Presidente
Antônio José Linhares
Diretor de Assuntos
Regulatórios e Jurídicos
Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial
Enio Andrade Branco
Diretor de Geração, Transmissão e
Novos Negócios
James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição
Nelson Marcelo Santiago
Diretor de Gestão Corporativa
Rubens José Della Volpe
Diretor de Planejamento
e Controle Interno
José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores
José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

PÁGINA: 104 de 105

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente
Antônio José Linhares
Diretor de Assuntos
Regulatórios e Jurídicos
Eduardo Concento do Souza
Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial
Enio Andrade Branco
Diretor de Geração, Transmissão e
Novos Negócios
James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição
Nelson Marcelo Santiago
Diretor de Gestão Corporativa
Pubana lasá Dalla Valna
Rubens José Della Volpe
Diretor de Planejamento
e Controle Interno
José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores
José Braulino Stähelin

Contador - CRC/SC 18.996/O-8

PÁGINA: 105 de 105